

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

O ANTICOMUNISMO NO *JORNAL DO POVO* (1950- 1964)

São Luís – MA

2023

KARINA VIANA DE FREITAS

O ANTICOMUNISMO NO *JORNAL DO POVO* (1950-1964)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão.

Orientadora: Prof. Dr^a Carine Dalmás.

São Luís – MA

2023

Freitas, Karina Viana de.

O anticomunismo no Jornal do Povo (1950-1964) / Karina Viana de Freitas. – São Luís, 2023. --- 75.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Carine Dalmás.

1. Anticomunismo. 2. Jornal do Povo. 3. Neiva Moreira. I. Título.

CDU 94(81). 084:070“1950/1964”

Elaborada por Luisa Barros - CRB 13/657

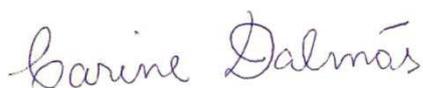
KARINA VIANA DE FREITAS

O ANTICOMUNISMO NO *JORNAL DO POVO*

Monografia apresentada junto ao curso de licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para a obtenção de grau de licenciatura em História.

Aprovado em: 10/07/2023

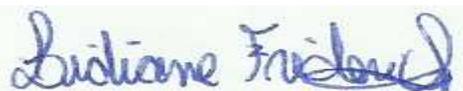
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Carine Dalmás

Doutora em História Social

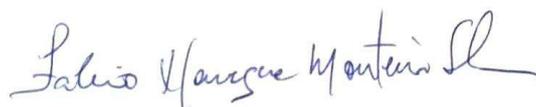
Universidade Estadual do Maranhão



Profa. Dra. Lidiane Elizabete Friderichs

Doutora em História

Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva

Doutor em História

Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta como o *Jornal do Povo* aborda o anticomunismo no seu período de circulação que reside entre os anos de 1950 a 1964 quando o matutino teve as suas atividades encerradas devido ao golpe civil- militar que se instaurou no Brasil. No presente texto apresentamos uma síntese da revisão bibliográfica sobre tema do anticomunismo no contexto de guerra fria no Brasil e no Maranhão; uma apresentação do *Jornal do Povo* e de seu diretor, Neiva Moreira; o levantamento total dos textos encontrados sobre a temática nas fontes primárias e uma análise desse discurso no matutino.

Palavras chaves: Anticomunismo; *Jornal do Povo*; Neiva Moreira.

RESUMEN

Este trabajo de finalización de curso presenta cómo el Jornal do Povo aborda el anticomunismo en su período de circulación que se extiende entre los años 1950 a 1964 cuando el matutino tuvo sus actividades cerradas debido al golpe cívico – militar que se instauró en Brasil. En este texto presentamos una síntesis de la revisión bibliográfica sobre el tema del anticomunismo en el contexto de la guerra fría en Brasil y Maranhão; una presentación del Jornal do Povo y su director, Neiva Moreira, el relevamiento total de los textos encontrados sobre el tema en las fuentes primarias y un análisis de este discurso de la mañana.

Palabras llaves: Anticomunismo; Diario del Pueblo; Neiva Moreira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Os comunistas tentam rearticular o seu partido	55
Figura 2 - Contra os desdobramentos do Partido Comunista do Brasil.....	56
Figura 3 - Lei anti-comunista estuda governo.....	58
Figura 4 - Juscelino promete aos comunistas legalidade do partido comunista .	59
Figura 5 - Juscelino será comunista?.....	60
Figura 6- Pequeno país luta contra o imperialismo	61
Figura 7 - Fidel Castro recebido com honras	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temas encontrados no <i>JP</i>	44
Tabela 2 - Artigos encontrados no <i>JP</i>	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
METODOLOGIA	11
CAPÍTULO 1: GUERRA FRIA, ANTICOMUNISMO E AMÉRICA LATINA.....	17
ANTICOMUNISMO NO BRASIL	25
ANTICOMUNISMO NO MARANHÃO	31
CAPÍTULO 2: NEIVA MOREIRA: JORNALISTA, POLÍTICO E INTELLECTUAL LATINO – AMERICANO	36
<i>JORNAL DO POVO</i> : CONTRA A OPRESSÃO E INJUSTIÇA SOCIAL	40
CAPÍTULO 3: ANTICOMUNISMO NO <i>JORNAL DO POVO</i>	48
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) E O SEU LÍDER LUÍS CARLOS PRESTES	54
IMPERIALISMO: OS CASOS DA GUATEMALA E DA REVOLUÇÃO CUBANA.	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso resulta de uma pesquisa de iniciação científica que tem por título “Relações interamericanas e Guerra Fria no *Jornal do Povo*” cujo recorte temporal se estabelece no período de circulação do periódico na sociedade maranhense, de 1950 a 1964, o mesmo encerrou as suas atividades devido ao Golpe civil – militar instaurado no Brasil.

Em virtude da pesquisa, foram coletadas 427 notícias, entre editoriais, reportagens e artigos de opinião de vários temas que se enquadram no estudo das relações interamericanas, a recorrência da temática presente no periódico permitiu observar o tanto que o matutino foi influenciado pelos desdobramentos da Guerra Fria

Um subtema bastante presente nas notícias foi o Anticomunismo, essa questão foi abordada no matutino com bastante recorrência, no qual se caracterizava por utilizar do comunismo como forma de estratégia política para depreciar publicamente oposição.

Simultaneamente, o matutino também denunciou os avanços dos interesses imperialistas estadunidenses sobre a América Latina como, por exemplo, nos casos da Guatemala (1954) e da Revolução Cubana (1959).

Desse modo, o tema do presente trabalho está ligado a um contexto marcado por disputas ideológicas, militares, econômicas, políticas e culturais, que se distribuíram em diversas áreas do globo, e impactaram jornalistas, intelectuais, políticos de vários locais, inclusive do Maranhão.

O estudo do Anticomunismo no matutino se insere teoricamente no campo da História Política Renovada e interface com a História Intelectual, pois estudamos as posições políticas de uma figura pública que se expressava por meio da imprensa e buscava intervir no debate público para promover projetos políticos nacionalistas.

Ademais, o tema do presente trabalho se apresenta como uma oportunidade para se realizar uma reflexão atual, de como o anticomunismo é ressignificado no discurso político de forma estratégica, além disso, serve para uma própria reflexão de como esses valores que foram aflorados durante o período de Guerra Fria estão enraizados no pensamento da sociedade brasileira de modo negativo e pejorativo.

Segundo Carla Silva (2000) para entendemos como se configura o anticomunismo é necessário tentar definir o que esse está combatendo. Nesse sentido,

ela pontua que o anticomunismo foi configurado como “sinônimo de antagonismo, e com isso foi possível nomear uma série de preconceitos” (SILVA, 2000, p.196) a ele.

A origem do termo comunismo está associada com a “Republica de Platão, onde ficava restrito as classes superiores da sociedade” (SILVA, 2000, p.196) o cristianismo ampliou a concepção expandido a toda população, entretanto, foi no período de transição para a Idade Moderna que surgiram as primeiras utopias comunistas.

As primeiras grandes utopias comunistas foram formuladas no século XVI e XVII, quando se consolidou como irremediável a transição para vida burguesa. Em 1516, Thomas More publicou *Utopia*, onde dizia que dinheiro e justiça não podiam conviver. Em 1643 é publicada a *Cidade do Sol*, do monge Tommaso Campanella, onde defendia que o trabalho ser realizado apenas em proporção as necessidades da sociedade (SILVA, 2000, p.196).

Foi na Idade Moderna que “os ideais comunistas não eram mais nascidos dos grandes pensadores, mas emergiu junto aos movimentos populares” (SILVA, 2000, p.80) como o movimento dos niveladores e cavadores da Revolução Inglesa (1642-1651).

Mas, é o comunismo marxista que é o principal alvo dos textos anticomunistas, ele é fruto do processo de Revolução Industrial (1760-1840) e tem como seus idealizadores Karl Marx e Friedrich Engels que analisaram os interesses divergentes entre duas classes sociais: a burguesia e o proletariado.

Para Silva, apesar de o anticomunismo “ser anunciado já no *Manifesto do Partido Comunista*, são poucos os conceitos encontrados para o termo” (SILVA, 2000, p.198). Em relação a isso, aponta que:

É necessário delimitar o que os textos anticomunistas entendem por comunismo. Ressalta-se que o termo aponta para as tradições “marxistas ou comunistas”, ou seja, embora os textos anticomunistas estejam se referindo a um inimigo, concreto ou não, eles têm claro que esse inimigo não é necessariamente um militante ou um partido comunista (SILVA, 2000, p.198).

Os jornais foram um dos principais agentes na disseminação de discursos anticomunistas no Brasil, como exemplo tem o trabalho da historiadora Maria Helena Capelato sobre o anticomunismo na imprensa paulista, no qual ela destaca que os matutinos “Diários de Assis Chateaubriand e o Estado de São Paulo eram empenhados na luta comunista” (SILVA, 2000, p.204).

Em suma, Silva (2000) afirma que em momentos da história política brasileira, o anticomunismo foi utilizado pelas elites políticas para legitimar políticas conservadoras. Nesse sentido a construção da existência de um inimigo interno era fundamental para legitimar o discurso e desencadear práticas totalitárias.

Para mais, acentua que “o anticomunismo brasileiro apareceu junto com os movimentos populares, manifestações e greves, os quais independem via de regra da história dos partidos comunistas e dos movimentos anarquistas” (SILVA, 2000, p. 221).

Os movimentos populares já eram existentes no Brasil desde o século XIX, contudo conforme a historiadora, no Governo Provisório (1930-1934) com a organização do partido comunista se aumentou no meio social a circulação desse ideal e com isso era divulgado que o iminente perigo estava se tornando algo concreto

A referência ao comunismo na imprensa brasileira remota muito antes da fundação do Partido Comunista Brasileiro. Embora existam expressões de preocupação com o marxismo e especialmente com a Revolução Russa desde o início do século, é após 1930 que se iniciam vastas campanhas anticomunistas, pela grande imprensa e pelo mercado editorial que permite inferir a existência de políticas anticomunistas (SILVA, 2000, p.224).

O *Jornal do Povo* fonte do presente trabalho durante o seu período de circulação teve posições negativas as articulações do Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como do líder Luís Carlos Prestes. O anticomunismo foi um assunto habitual, no qual foram encontradas 45 notícias que apresentavam que o matutino estava sempre disposto a denunciar o perigo comunista. .

METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza como fonte primária o *Jornal do Povo*, esse periódico era ligado a um grupo de políticos e intelectuais e obteve grande prestígio na sociedade maranhense durante o seu período de circulação, entre os anos de 1950 e 1964 (FERREIRA Jr., 2014). O matutino se encontra disponível para consulta na Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada no centro da cidade de São Luís e a maior parte de seus números também pode ser acessada online pelo site da mesma instituição.

Os trabalhos de historiadores que contemplem a “Grande Imprensa”¹ são relevantes para o estudo do matutino, em razão de que um dos seus objetivos era se tornar um veículo de relevante circulação e concorrer com os jornais prestigiados no Maranhão.

A análise da materialidade e do conteúdo do matutino encontra respaldo teórico na ruptura epistemológica marcada pelas formulações do grupo de historiadores franceses que formara a Escola dos *Annales*. No entanto, é necessário mencionar que é errôneo considerar que de imediato se teve uma aceitação dos periódicos como fontes e objetos de estudo. Até a década de 70, o uso de jornais e revistas como documentos pelos historiadores era visto com ressalvas no Brasil, conforme apontou a historiadora Maria Helena Capelato (2015):

As suspeitas em relação a essa fonte persistiram até o momento em que a história e outras disciplinas da área das humanidades foram alvo de revisões teóricas e metodológicas muito amplas e profundas. Elas ocorrem a partir da década de 1970 e resultaram em mudanças historiográficas relacionadas à colocação de novos problemas, novas abordagens e utilização de novos objetos e fontes para a pesquisa histórica. Foi a partir das discussões sobre o significado dos documentos que as suspeitas em relação aos jornais desapareceram (CAPELATO, 2015, p.114).

Em razão de uma tradição positivista que considerava a objetividade e neutralidade imprescindíveis para se desenvolver a História, durante muitos anos a imprensa foi deixada em segundo plano e os documentos que eram vistos como oficiais/neutros foram privilegiados.

Para trazer à luz o acontecido, o historiador livre de qualquer envolvimento com o seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas do seu tempo (LUCA, 2008, p.112).

Os jornais, desse modo, não se situavam como espaços relevantes para tais propósitos, em virtude de serem marcados pela subjetividade e que contemplam ações cotidianas das sociedades.

1 Tânia Regina de Luca (2012) expõe que a expressão grande imprensa detém de significados distintos que estão relacionados com o período histórico que são empregados. Desse modo, apresenta que “de forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativas dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (LUCA, 2012, p.70).

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2008, p.112)

O reconhecimento da “potencialidade da imprensa” (LUCA, 2008, p.112) esteve atrelado com o alargamento temático e metodológico oriundo da terceira geração dos *Annales* denominada de Nova História, esse acontecimento foi perspicaz para o estudo das mentalidades, do imaginário e, portanto substancial para o desenvolvimento de trabalhos que abriguem os periódicos como caminhos para se desenvolver a história.

Esse momento foi importante, pois demonstrou a versatilidade da imprensa como fonte histórica, entretanto a sua utilização ainda era vista com grandes desconfianças. O historiador Marc Bloch, por exemplo, a caracterizava com bastantes discrepâncias e elencava que o seu uso deveria ser repleto de cuidados.

O entendimento teórico e metodológico da imprensa foi fundamental para a sua utilização como ferramenta para se conhecer o passado. Capelato (2015) acentua que a leitura crítica dos conteúdos que são abordados se apresenta como fator importante para a desconstrução da ingenuidade dos periódicos.

No Brasil, os trabalhos de Capelato e de Tânia Regina de Luca foram pioneiros para o entendimento da abrangência que tal fonte e objeto oferecem, em razão de oportunizar novas perspectivas para o estudo não só do passado, mas também da História do tempo presente. Ambas elaboraram pesquisas paradigmáticas no Brasil e fomentaram trabalhos com a imprensa:

(...)a imprensa oferece amplas possibilidades para o estudo da história porque nela fica registrada a vida cotidiana de uma sociedade em seus múltiplos aspectos, o que permite ao historiador compreender como viveram os indivíduos de outras épocas, não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos (CAPELATO, 2015, p.115).

Nos principais momentos da história brasileira, os periódicos ocuparam papel de destaque na circulação de informações que promoveram a formação de posições sobre esses processos entre eles destacamos “a Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição e República” (LUCA, 2008, p. 134).

Temas que pertencem à esfera política são relevantes para serem estudados tendo a imprensa como foco, os jornais foram utilizadas em muitos acontecimentos

como ferramentas estratégicas na formulação de opiniões, imagens e difusão de valores. Segundo Luca (2008), no contexto da política de boa vizinhança, os periódicos exerceram uma função crucial na divulgação “do modo de vida americano, e apesar de não ser uma iniciativa oficial, ajustava-se às demandas do poder” (LUCA, 2008, p.129).

A imprensa política surgiu na Europa ao longo do século XVIII (CAPELATO, 2015, p. 116). Com o passar do tempo sofreu o impacto do desenvolvimento capitalista e as agências de informação ou meios de comunicação ganharam um formato empresarial. No Brasil, essa forma de jornalismo se estabeleceu nas últimas décadas do mencionado século, momento de conjuntura social, econômica e política bastante sensível. Em relação à organização dos jornais como empresas, Capelato destaca que:

Os jornais empresas se organizavam sob a forma de sociedades anônimas. Os proprietários se preocupavam com a melhoria das técnicas de impressão, e a aquisição de novo maquinário era sempre alardeada para mostrar que o jornal se colocava favoravelmente na concorrência jornalística. A fonte de renda advinda, em grande parte, dos anúncios publicitários, e mesmo os órgãos político-partidários como Correio Paulistano e Diário Nacional não os dispensavam (CAPELATO, 2015, p.118).

Apesar de haver essa nova forma de jornalismo que se apresentou como o lugar da informação em detrimento das ideias e opiniões, ou seja, como se as informações veiculadas fossem neutras, não pode ser visualizada como expressão da possibilidade de uma imprensa imparcial. Pelo contrário, observamos que essa relação permanece até os dias atuais, orientada pelos interesses econômicos consoantes com posições político-ideológicas que são escondidas por um discurso de que a imprensa apresenta “a verdade dos fatos”.

Contudo os conteúdos que são desprendidos desse jornalismo detêm de características próprias que devem ser analisadas para o seu estudo adequado.

Quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: a “mercadoria política”. Essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a “grande imprensa”, instituição pública, continuasse interferindo na política em nome da “opinião pública” e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da “opinião pública” (CAPELATO, 2015, p. 122).

Capelato (2015) ainda elucida que “num país de estrutura partidária frágil como a do Brasil, os jornais e os meios de comunicação em geral exercem papel semelhante aos dos partidos, chegando a sobrepujá-los” (CAPELATO, 2015, p. 128).

Para Francisco Weffort (1984), embora se assemelhem a partidos, os jornais detêm de um princípio fundamental que reside no fato de serem empresas ligadas aos interesses de seu público, ou seja, consumidor. Desse modo, os leitores e consumidores buscam por uma mercadoria que engloba outros aspectos além da política.

Capelato ressalta também que em muitos momentos da política brasileira, os periódicos detiveram de presença significativa na definição dos rumos de campanhas eleitorais como na eleição presidencial de Fernando Collor de Mello, onde a mídia foi fundamental para o conhecimento da população sobre o candidato e também para o desenvolvimento do seu processo de impeachment (CAPELATO, 2015, p. 128).

Outro momento que a imprensa promoveu grandes debates sociais reside na primeira eleição de Getúlio Vargas, no ano de 1951. Esta eleição promoveu grandes discussões entre alguns setores da sociedade brasileira na época, uma das formas de oposição está no periódico *Tribuna da Imprensa*, dirigido por Carlos Lacerda, que era o líder da União Democrática Nacional (UDN) (CAPELATO, 2015, p.129).

Por essa razão, a análise do conteúdo político dos jornais deve considerar “as concepções ideológicas de seus proprietários e dos jornalistas responsáveis pela parte redacional do periódico, além dos interesses políticos e econômicos aos quais estão vinculados” (CAPELATO, 2015, p.130).

O *Jornal do Povo* noticiou grandes acontecimentos políticos que alcançaram os âmbitos local, nacional e internacional. Os colaboradores, em especial o seu diretor Neiva Moreira, abordaram distintos acontecimentos, muitas vezes utilizando a imprensa como suporte para denúncias dos desmandos de opositores políticos, como Vitorino Freire e Newton Belo, e para a divulgação do Partido Social Progressista (PSP).

Desse modo, para realizar uma leitura objetiva e profunda desse periódico e de outros que estejam inseridos na grande imprensa se faz necessário problematizar a fonte considerando aspectos internos e externos. Os aspectos internos correspondem à “compreensão do conteúdo (textos opinativos e informações) e da forma (diagramação, imagens, anúncios)” (CAPELATO, 2015, p.131). Os externos são dados relacionados ao contexto histórico do periódico, seu posicionamento, seus colaboradores, seu público-alvo, financiamento, dimensão de circulação etc.

Tânia Regina de Luca (2008) ainda dispõe que o pesquisador de periódico trabalha com aquilo que se tornou notícia. Portanto, é necessário “dar conta das motivações que levaram a decisão de dar publicidade a alguma coisa” (LUCA, 2008, p.140).

A autora ainda apresenta uma relação entre as revistas e os jornais e estabelece que esses espaços são importantes para os meios de sociabilidade.

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da escrita (LUCA, 2008, p.140).

Aspectos como os locais onde estão disponíveis a notícia, os procedimentos tipográficos, as ilustrações, a repetição do tema devem ser levados em conta para se analisar os discursos propostos e o público que se busca atingir.

Inicialmente procuramos construir suportes teórico-metodológicos e historiográficos que sirvam como suporte para entender o papel que o *Jornal do Povo* ocupou na sociedade maranhense. Elementos como os propósitos de sua criação, a origem de seu financiamento e manutenção, além da atuação política e jornalística de seu diretor e principal colaborador Neiva Moreira, foram desenvolvidos com o intuito de compreender esse papel

Conforme mencionado acima, a análise dessas questões é relevante para entender o conteúdo e a materialidade dos periódicos, pois buscamos promover um trabalho sistemático que não “se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescrever a análise circunstanciada do seu lugar de inserção” (LUCA, 2008, p.141).

CAPÍTULO 1: GUERRA FRIA, ANTICOMUNISMO E AMÉRICA LATINA

O presente capítulo tem o intuito de apresentar uma discussão sobre como ocorreu o desenvolvimento do anticomunismo no período de Guerra Fria no Brasil e no estado do Maranhão. Desse modo, buscamos apresentar com base em referências bibliográficas como essa questão incidiu no meio social da época.

Ricardo de Moura Faria e Mônica Liz Miranda (2016) elucidam que segundo o filósofo Thomas Hobbes, o conceito de guerra não está estreitamente alinhado a enfrentamentos e campos de batalha, “mas, também pelo período de tempo em que a vontade de entrar em conflito é conhecida pelas partes envolvidas” (FARIA & MIRANDA, 2016, p.03).

Coerente dessa reflexão do filósofo, o período que se estabelece entre os anos de 1945 até o final da década de 1980 foi marcado por disputas ideológicas, econômicas, políticas, culturais e militares entre as duas superpotências que garantiram a vitória dos aliados sobre o nazifascismo² na Segunda Guerra Mundial (1939-1945): Estados Unidos e União Soviética. Esse período ficou conhecido historicamente como Guerra Fria e marcou a política internacional da época.

Após o desfecho, ambas passaram imediatamente a disputar a hegemonia mundial, tendo em vista que seus projetos políticos se colocavam em campos opostos: Estados Unidos/Capitalista x União Soviética/Socialista. Durante mais de 40 anos, mesmo sem entrarem em conflito militar aberto, promoveram e estimularam grandes tensões sociais, políticas, econômicas, culturais e militares em todo o planeta.

Na Conferência de Yalta (1945) os três principais líderes mundiais da época, Churchill, Roosevelt e Stalin discutiam os rumos que a política internacional teria após a vitória sobre o nazifascismo. Alguns meses depois ocorreu a Conferência de Podstam (1945) que promoveu a partilha da Alemanha em quatro setores de ocupação.

² Para Eric Hobsbaswm (1995) a aliança entre países que detinham de organização social distintos como Estados Unidos capitalista e anticomunista e União Soviética comunista e anticapitalista no período da Segunda Guerra Mundial foi possível devido a luta contra um inimigo que era considerado por ambos como maior que suas diferenças, a Alemanha de Hitler. O historiador aponta que a compreensão “de que não se tratava apenas de uma Estado nação com razões para sentir-se descontente com sua situação, mas de um Estado cuja política e ambições eram determinadas por sua ideologia” (HOBSBBASWM, 1995, p.117).

No pós-guerra, as duas superpotências buscaram elaborar estratégias e mecanismos para consolidar as suas hegemonias nas suas respectivas áreas de influência e impedir o avanço dos seus adversários. Nesse sentido, os Estados Unidos empreenderam campanhas em escala mundial com o intuito de conter o avanço de regimes, movimentos e governos que tivessem como base o ideário comunista. Desse modo, segundo Pedro Fagundes (2010), realizou o combate em duas frentes: a primeira, no campo das ideias, alimentando um discurso político anticomunista e, em um segundo momento, através de intervenções militares diretas que incidiram significativamente nas relações interamericanas no período como, por exemplo, no caso da Guatemala (1954) que trataremos posteriormente.

Todavia, ainda de acordo com Fagundes, é errôneo acreditar que o anticomunismo tenha nascido no período de Guerra Fria sua origem remonta a Revolução Russa³, havia um receita por parte dos setores dirigentes de que “as teses comunistas fossem espalhadas por várias regiões do mundo e mobilizassem os trabalhadores” (FAGUNDES, 2010, p.03).

Para Orivaldo Biagi (2001) desde a publicação do *Manifesto Comunista* no ano de 1848 a expansão do comunismo era visualizada mundialmente com temor. Com o final da Segunda Guerra Mundial, a percepção da União soviética como uma “potência agressiva e expansionista” (BIAGI, 2001, p.71) se ampliou ganhando força no discurso de figuras políticas importantes como Winston Churchill que no ano de 1946 se referia à União Soviética como uma grande ameaça a ser combatida.

O governo de Harry S. Truman (1945-1953) se empenhou fortemente na luta contra o comunismo, sendo uma gestão caracterizada pelo autoritarismo político e por práticas como o macartismo⁴ que feriu em muitos momentos as liberdades individuais e que colocou o poder executivo a serviço de interesses próprios.

Os inimigos políticos de Truman (ou mesmo aqueles que eram apenas contrários a essa idéia de expansionismo comunista) eram calados ou desapareciam de cena, perdendo seus empregos (ou sendo pressionados para abandoná-los ou para serem demitidos), sendo compulsoriamente aposentados ou deslocados para áreas de pouco

³ Segundo Almeida & Caldas (2017) a Revolução Russa foi uma insurreição popular orientada pelas concepções teóricas de Karl Marx e Friedrich Engels, no qual criava a oportunidade de um governo organizado pelos trabalhadores e sepultava o czarismo na Rússia.

⁴ Conforme a leitura do texto “O Imaginário da Guerra Fria” de Olavo Biagi na década de 50 ocorreu uma das maiores demonstrações do anticomunismo nos Estados Unidos, o Marcatismo. Tal fenômeno utilizou do medo da expansão do comunismo para realizar perseguição política aos cidadãos que eram acusados de serem adeptos a essas ideias.

interesse ou importância estratégica. O governo Truman também obrigou que os funcionários públicos fizessem juramentos à bandeira e uma série de ritos para mostrar o seu amor à democracia e aos Estados Unidos. O medo ajudava a manter a lógica maniqueísta da “salvadora” democracia contra o “demônio” comunista (BIAGI, 2001, p.79).

Nesse contexto, os Estados Unidos mobilizaram os meios de comunicação como ferramentas na construção de uma imagem exótica e mitológica sobre Moscou, utilizando-se de todos os meios possíveis para “controlar o imaginário social” (BIAGI, 2001, p.79) e convencer a opinião pública interna e externamente da ameaça comunista para o mundo:

Parte das produções cinematográficas serviu para apresentar a leitura dos comunistas como inimigos externos da democracia. O cinema tornou mais compreensível à linguagem política para amplas camadas da população. Filmes produzidos em Hollywood, invariavelmente, apresentavam os “russos” como os vilões do planeta. Esse discurso político contribuiu para criar uma verdadeira mitologia política em relação a URSS. Os comunistas passaram a ser apresentados como inimigos externos aos países “civilizados”. O medo do desconhecido serviu para alimentar um conjunto de mitologias políticas, entre elas: o mito da conspiração, do complô organizado por inimigos que tramam secretamente destruir a sociedade (FAGUNDES, 2010, p.04).

No plano econômico, o Plano Marshall (1947) foi uma importante estratégia para manobrar os países ocidentais de acordo com os interesses estadunidenses, pois os empréstimos asseguravam uma aliança dos países com os interesses estadunidenses.

Biagi (2001) salienta que outro mecanismo importante na elaboração do discurso anticomunista foi a união dos dois elementos básicos da cultura norte-americana a religião e política, nesse sentido era construída uma imagem de que “Deus fez os EUA para ser o farol mundial da liberdade dando-lhe a missão divina de trazer a luz da liberdade para o mundo, além de ficar contra a opressão que naquele momento era a cortina de ferro” (BIAGI, 2001, p.80).

. Explorou-se a imagem da dicotomia entre bem e mal, que personificou Moscou como “adversário dos valores cristãos”:

Os comunistas eram associados a figuras demoníacas, satânicas e diabólicas. A própria URSS era retratada como um inferno na terra, lugar de pura devassidão e perturbação dos pilares fundamentais da família e da religião. Em razão disso, caberia aos líderes dos países cristãos ocidentais o papel de comandar uma “cruzada” para derrotar os novos “anticristo” (FAGUNDES, 2010, p.4).

Outra estratégia discursiva difundida pelos Estados Unidos foi a associação deste a valores democráticos e livres e Moscou à repressão. Para Biagi (2001) uma construção oriunda da Guerra Fria é a de que “tudo o que fosse contra os interesses dos Estados Unidos era chamado, imediatamente, de comunismo” (BIAGI, 2001, p.81). A União Soviética, de acordo com o autor, compartilhou dessa mesma lógica atribuindo ao capitalismo tudo que fosse diferente da sua forma de projeto político e socioeconômico.

Políticas de diferentes interesses dos da Guerra Fria eram discutidas em vários países no mundo, mas, quase sempre, eram vistas como grandes perigos ideológicos caso fossem implantadas. Governos com ideias mais nacionalistas (ou simplesmente mais práticas para o seu momento), não necessariamente comunistas ou democráticas, eram combatidos, provocando, muitas vezes, a intervenção direta de um país sobre outro. Normalmente as superpotências impuseram sua política dentro dos países da sua esfera de influência (BIAGI, 2001, p.81).

Tal questão foi alicerce para o desenvolvimento de ações extremas de ambos, no caso dos Estados Unidos, apesar de buscarem promover um discurso contra a opressão e imperialismo soviético, apoiaram ditaduras e tiranias como na década de 60 no Brasil e 70 no Chile.

Os soviéticos, por sua vez, também agiram de forma autoritária e violenta no âmbito da sua área de influência. A repressão do governo polonês contra o sindicato Solidariedade na virada das décadas de 70 e 80 e a tentativa de intervenção fracassada no Afeganistão (BIAGI, 2001, p.82) servem como exemplo da postura soviética.

Essa prática política foi utilizada por vários governos em diferentes partes do mundo, no contexto de Guerra Fria, em alguns casos tratava-se de uma estratégia para chamar atenção das superpotências e obter vantagens econômicas, militares entre outros.

A América Latina foi delimitada como área de influência dos Estados Unidos na Conferência de Yalta, no entanto a região já era alvo de várias políticas de aproximação por parte de Washington (Doutrina Monroe, Big Stick, Política de Boa Vizinhança⁵), em virtude de tal condição foi encarada como uma grande aliada na luta contra o comunismo.

⁵ Essas diferentes políticas estabelecidas pelos Estados Unidos são fontes de pesquisas de trabalhos como de Luís Fernando Ayerbe “EUA e América Latina” e Rubens Ricupero “ O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular.

Apesar de que nos primeiros anos do pós-guerra, conforme ressalta Heloisa Reichel (2004), o Hemisfério Ocidental não ocupava uma posição privilegiada nos interesses estadunidenses, pois a política externa voltou-se para seus objetivos de expansão econômica na Europa e Oriente, houve uma expectativa de que os governos latino-americanos se alinhassem aos interesses capitalistas do país do norte.

A respeito da posição que Washington manteve no continente no período, Luís Claudio Santos (2005) pontua em relação ao plano de controle organizado pelo país, que implicaria numa reformulação da identidade americana e sua expansão para o continente.

No caso do continente americano, os Estados Unidos reformularam o conceito de pan-americanismo para imprimir uma forte vertente anticomunista na identidade americana que seria estendida aos países latino-americanos. Pode-se perceber muito claramente, nesse caso, a função das identidades também como forma de controle (SANTOS, 2005, p.91).

Reichel (2004) assinala que desde a Revolução de 1917, o comunismo encontrava adeptos na América Latina, esse cenário era possível por conta da crise do capitalismo em 1930, a atuação comunista frente ao fascismo e pelo cenário de caos que se encontravam muitos países fruto das desigualdades sociais.

O contexto latino-americano nos anos 1940 e 1950 foi, também, extremamente favorável para o aumento da influência das ideias socialistas. A maior parte dos países da América Latina enfrentava sérias dificuldades econômicas e graves problemas sociais, oriundos das desigualdades e da pobreza crescentes. A essa situação, aglutinava-se um ambiente político no qual, fruto da vitória sobre o fascismo, o comunismo gozava de um certo reconhecimento legal, atuando na política através de partidos políticos, sindicatos, organizações comunitárias e estudantis. Além disso, recebia forte e crescente apoio de uma geração de jovens intelectuais que se formava (REICHEL, 2004, p.198).

A chegada do republicano Eisenhower (1953-1961) à presidência dos Estados Unidos intensificou a política intervencionista estadunidense no hemisfério afetando profundamente as relações interamericanas. Nesse período, acontecimentos como o desfecho do mandato de Juan Domingos Perón (1946-1955), na Argentina, a Revolução Boliviana (1952) e o governo de Jacobo Arbenz (1951-1954), na Guatemala, culminaram na intervenção direta de Washington nos países cujos governos ou situação política demonstravam aos interesses do bloco capitalista.

A Revolução Cubana (1959) representou um acontecimento de suma relevância no contexto latino-americano, justamente por apresentar uma forma de resistência ao domínio dos Estados Unidos no continente. A existência de um país que, gradualmente, alinhou-se abertamente à União Soviética assumindo-se comunista, gerou reações dos Estados Unidos e alterou os rumos de sua política externa:

O eixo inicial da mudança de rumos proposto por Kennedy será a promoção de reformas econômicas e sociais, o que não significa o abandono das políticas preventivas e repressivas das administrações precedentes. Na prática, nos dois campos haverá inovações e aperfeiçoamento dos instrumentos de política externa, que serão combinados de forma a atender às exigências colocadas pela conjuntura desses anos (AYERBE, 2002, p. 116).

Cervo (2001) aponta que após o processo revolucionário ocorrido em Cuba em 1959, o país se tornou ponto principal nas discussões diplomáticas da América Latina. Como estratégia, os diplomatas cubanos buscaram dialogar com os países tinham relações comerciais como é o caso da Venezuela, para buscar apoio a sua situação.

O processo revolucionário cubano inicialmente estava sedimentado no viés nacionalista, no entanto, por conta de constantes boicotes e ameaças de invasão por parte dos norte-americanos, a União Soviética se tornou a única opção viável, em função “das regras do jogo da Guerra Fria, uma potência temia invadir territórios ligados ao outro bloco, já que isso poderia desencadear um conflito mundial” (FARIA & MIRANDA, 2016, p.35).

Por tais razões, a revolução que inicialmente deteve seu caráter nacionalista, passa a ser socialista. Mas, o fato de Cuba ser o primeiro país latino-americano socialista, não foi aceito por Washington. O governo estadunidense ficou alarmado com a possibilidade da construção de uma base militar próxima do seu território, além do fato de que a atitude cubana poderia desencadear outros processos revolucionários no continente.

Faria & Miranda (2016) afirmam que a situação se agravou quando os navios de espionagem estadunidenses observaram a montagem de rampas para lançamento de mísseis soviéticos. O presidente Kennedy (1961-1963) promoveu ações que impediam que navios soviéticos chegassem à ilha e negociou com o presidente da União Soviética sob pena de invasão da ilha, caso a situação permanecesse.

Durante o período da revolução até os dias atuais, os Estados Unidos promoveram vários boicotes políticos e econômicos a Cuba. Os embargos econômicos

prejudicaram o desenvolvimento da ilha, o governo de Kennedy ainda apoiou a invasão da Baía dos Porcos ⁶com o intuito de derrubar o governo de Fidel Castro.

A posição de Cuba foi fundamental para ampliar a atenção de Washington com a América Latina, Ayerbe (2002) aponta que em razão da radicalização na relação entre ambos, os Estados Unidos ofereciam aos demais países ajuda financeira como a instituída pelo programa ALPRO (Aliança para o Progresso) ⁷, em troca de que os organismos interamericanos não realizassem relações com o país.

Segundo Gesteira (2014), a criação da Aliança para o Progresso no contexto de Guerra Fria e da Revolução Cubana tinha o objetivo de conter possíveis revoluções populares. Desse modo, o oferecimento de recursos para o desenvolvimento dos países latino-americanos tinha o intuito de divulgar os valores capitalistas para os mesmos para motivar a abertura dos mercados dessas nações a Washington.

Sobre a lógica desse programa Tulchin (2016) afirma:

O debate em torno da Aliança para o Progresso incluía a noção que a fome e o subdesenvolvimento geravam instabilidade social e levavam ao comunismo, enquanto que o desenvolvimento econômico fortaleceria a capacidade dos Estados de enfrentar as pressões subversivas (TULCHIN, 2016, p. 1709).

Ayerbe (2002) ressalta que a geopolítica do período na América Latina fortaleceu a opção pela segurança fora dos meios convencionais por parte dos norte-americanos. O Pentágono e a CIA foram utilizados como bases na definição dos amigos e inimigos de Washington e, em decorrência disso, governos e setores que eram

⁶ Conforme Ayerbe (2002) no ano de 1961 ocorreu o bombardeio por parte dos EUA de quartéis e aeroportos com o intuito de destruir aviões cubanos, em 16 de abril para velar as vítimas dos ataques Fidel Castro assume publicamente o caráter socialista da revolução, como represália desembarcou na Baía dos Porcos um grupo paramilitar de exilados cubanos que foram treinados pela CIA que pretendiam derrocar o governo de Fidel Castro, no entanto não tiveram êxito e no mesmo ano o presidente Kennedy assumiu publicamente a participação dos EUA.

⁷ Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina, conhecido como Aliança para o Progresso, foi formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este, em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Aliança para o Progresso. **Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022 às 13h23min.

considerados favoráveis passaram a ser encarados como indecisos e perigosos, o que fomentou a opção pelo militarismo na região.

Entre 1962 e 1968, o panorama político da região reflete a opção clara pelo militarismo: na Argentina, Arturo Frondizi é derrocado por golpe militar em 1962; o mesmo acontece com Juan Bosch na República Dominicana, Idigoras Fuentes na Guatemala e Villeda Morales em Honduras em 1963, mesmo ano em que Duvalier se autoproclama presidente vitalício do Haiti; João Goulart no Brasil e Paz Estenssoro na Bolívia em 1964; Illia na Argentina em 1966 e Belaúnde Terri no Peru em 1968, embora, neste último caso, o golpe militar responda a objetivos nacionalistas, sem relação com a política externa dos Estados Unidos (AYERBE, 2002, p. 126).

No governo de Richard Nixon (1969 - 1972) o apoio ao militarismo permaneceu no continente americano. Observou-se na década de 70 o desencadeamento de golpes militares em países como Chile, Peru, Uruguai, entre outros.

Em 1971, na Bolívia, um golpe militar acaba com a curta experiência revolucionária do general Juan José Torres e coloca no poder o general Hugo Banzer. Em 1973, o governo socialista de Allende é derrubado por golpe militar comandado pelo general Augusto Pinochet; no Uruguai se produz um autogolpe do presidente Bordaberry, que dissolve o parlamento e passa a governar com apoio das Forças Armadas. Em 1976, o governo Justicialista de Maria Esteia Martinez de Perón é derrubado por golpe militar que coloca na presidência da Argentina o general Jorge Rafael Videla (AYERBE, 2002, p. 165).

Conforme Ayerbe (2002) o final do mandato de Nixon foi de grandes negativas devido à derrota no Vietnã, o escândalo Watergate e as articulações de golpes na América Latina que geravam reprovações, tais questões levaram a renúncia do presidente.

O presidente democrata Jimmy Carter (1977-1981), em função do descrédito que o país vivia pelos fatos citados, buscou estabelecer uma nova imagem ao país, colocando-o como “defensor da democracia, dos direitos humanos e da autodeterminação das nações” (AYERBE, 2002, p.192).

Em relação à América Latina, foram implantadas campanhas em favor dos direitos humanos que são realizadas pela direção da OEA, que promoveu visitas e campanhas a governos que foram acusados de promover torturas e violência aos seus civis por perseguições políticas.

Os Estados Unidos colaboraram ainda para o fim das ditaduras do Brasil, Chile, Uruguai e Argentina, no sentido que essas “(...) foram alvos diretos dessa campanha, em que os Estados Unidos ameaçaram com o corte da ajuda econômica e militar caso as denúncias se mostrassem verdadeiras e os respectivos governos mantivessem a mesma postura (AYERBE, 2002, p.193).

Ayerbe (2002) destaca que houve ações na América Central e Caribe como as pressões contra o regime de Somoza (1934-1979) na Nicarágua, a assinatura de um tratado com o Panamá (1977) e a assinatura de um acordo de cessão de interesses com Cuba.

Em novembro do ano de 1989, no Governo de George H. W. Bush ocorreu a queda do muro de Berlim que é considerado por estudiosos como o principal símbolo da Guerra Fria. Esse período da história promoveu transformações profundas nas relações interamericanas, conforme ressalta Maria Lima (2013) uma das consequências que podem ser visualizadas é o afastamento da região sul e norte do continente o que promoveu maior autonomia nesses espaços.

ANTICOMUNISMO NO BRASIL

Para Rodrigo Motta (2000) o anticomunismo detém de raízes profundas na sociedade brasileira que foram estabelecidas desde a Revolução dos Bolcheviques, tendo seu apogeu em dois contextos históricos marcados pelo colapso institucional da democracia do Brasil: O Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985).

O discurso utilizado nessas conjunturas para justificar os atos autoritários apontava que as estruturas democráticas não eram capazes de conter a ameaça revolucionária, portanto era necessária a “adoção de medidas extraordinárias” (MOTTA, 2000, p.73). Esse argumento foi endossado nos anos de 1937 e 1964, sendo que ao segundo somou-se a acusação de que a democracia era permissível para a infiltração do comunismo.

Conforme o Motta, o discurso anticomunista nessas duas conjunturas esteve empenhado com a promoção de movimentos, organizações e campanhas e de representações como “imaginário, iconografia e ideário” (MOTTA, 2000, p.71) estabelecidos sobre o comunismo.

Desse modo, é estabelecido que o anticomunismo no Brasil esteja alicerçado em três matrizes: o cristianismo, o nacionalismo e o liberalismo. Essas matrizes promoveram o comunismo como o grande inimigo da sociedade brasileira e espalharam o discurso de que toda nação deveria estar empenhada em seu combate.

Essa percepção gerou no Brasil a formação de grupos empenhados na luta contra o comunismo desde o ano de 1930, inicialmente, no contexto do primeiro Governo de Vargas (1930-1934), cogitou-se reconhecer diplomaticamente a União Soviética em virtude da oportunidade de estabelecer laços econômicos. Contudo, após a tentativa fracassada de insurreição armada em 1935, que materializou a onda comunista existente no país, essa possibilidade tornou-se inviável, culminando na:

(...) criação de mecanismos de propaganda e contrapropaganda visando a erradicar o risco de expansão das ideias revolucionárias no Brasil. As representações e instituições inspiradas na campanha contra o comunismo enraizaram-se e teriam impacto em eventos futuros (MOTTA, 2007, p. 234).

A União Soviética era o principal alvo das campanhas anticomunistas no período, Motta (2000) acentua que ela representava que o socialismo era viável e que já estava em ação, desse modo para o discurso anticomunista era necessário caracterizá-la ao contrário do que o comunismo fazia, atribuindo a ela uma imagem negativa como contrária a valores morais e como uma potência agressora.

(...) mas, a URSS era perigosa não apenas por ser fonte para construção do imaginário comunista. Ela passou a ser vista, sobretudo depois de 1935, como potência agressora, Estado inimigo responsável por treinar, financiar e infiltrar agentes subversivos no Brasil, devotados à destruição da pátria e de seus valores básicos (religião, família e, dependendo do autor do discurso, a liberdade). Ela representava doutrina revolucionária "exótica" e contrária aos valores brasileiros e, simultaneamente, potência estatal agressora (MOTTA, 2000, p.234).

Ademais, conforme Motta, outro fator oriundo dessa onda anticomunista do ano de 1935 pode ser visto na política externa brasileira, ocorreram pressões para que o Uruguai rompesse diplomaticamente com a União Soviética e, além disso, "foi estabelecido entre os países do Cone Sul uma cooperação para troca de informações sobre as possíveis ações revolucionárias" (MOTTA, 2000, p.235).

Em virtude dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, o Brasil aproximou-se dos soviéticos, na medida em que Moscou estava do lado dos países do

eixo, nesse sentido, o discurso anticomunista foi abafado, em função da posição brasileira dentro do mencionado contexto, já que o Brasil passa indiretamente a ser “aliado do odiado e temido país soviético” (MOTTA, 2007, p.235).

No cenário nacional ocorreu à redução da repressão aos comunistas, um fator que gerou alarme na ala conservadora brasileira foi a legalização do Partido Comunista em 1947, o rápido crescimento do partido e a eclosão de greves foram base para reforçar o discurso anticomunista já existente no país.

O advento da Guerra Fria trouxe um novo momento para a intensificação da luta contra o comunismo, os grupos conservadores tiveram nesse período apoio internacional para tal feito, além disso, Motta (2007) assegura que tais grupos viam os estadunidenses como os líderes de uma luta que tinha alcance mundial.

O anticomunismo não precisava ser importado dos Estados Unidos, ele já existia previamente e possuía aderentes inflamados. O ardor de tais grupos provocou início precoce da Guerra Fria no Brasil, pois, enquanto o rompimento entre EUA e URSS deu-se em 1947, a perseguição à esquerda brasileira começou ainda em 1946, culminando na ilegalização do PCB em maio de 1947 e na cassação dos mandatos dos eleitos pela legenda em janeiro de 1948 (MOTTA, 2007, p.236)

Como mencionado em outro momento, a Revolução Cubana teve um peso significativo na política externa dos Estados Unidos com os demais países do continente americano, esse acontecimento gerou bastante preocupação nos setores conservadores brasileiros, pois além da motivação da criação de organizações esquerdistas como a Ação Popular (AP), gerou na década de 60 a mobilização de novos grupos da sociedade a favor do comunismo.

No limiar da década de 1960, as bandeiras esquerdistas começaram a empolgar novos contingentes sociais, para além de intelectuais e ativistas sindicais, tradicionais fornecedores de quadros para os grupos radicais. Militantes católicos leigos e grandes quantidades de líderes estudantis fortaleceram o campo esquerdista, engrossando os movimentos favoráveis a transformações sociais. Em larga medida, o crescimento do apelo das propostas radicais se devia ao impacto da Revolução Cubana, que teve o efeito de estimular a ação tanto de comunistas como de anticomunistas (MOTTA, 2007, p.288).

O governo de Janio Quadros (1961) teve uma posição de política externa que desagradou aos anticomunistas, na medida em que o presidente buscou não se alinhar diretamente com os Estados Unidos. Para os opositores alinhados aos Estados Unidos,

essa política demonstrava uma possível abertura para a retomada diplomática com os soviéticos, percepção intensificada com a condecoração oferecida a Che Guevara pelo presidente brasileiro que o concedeu a “Ordem do Cruzeiro do Sul”⁸ (MOTTA, 2007, p.289).

A renúncia do presidente no final de agosto de 1961 gerou grande alarme em virtude de seu vice João Goulart ser bastante relacionada com os setores da esquerda, a eleição do seu cargo nos pleitos de 1955 e 1960 foram apoiados pelos comunistas do país. É claro que sua subida ao poder executivo obteve reações contrárias a sua vida e visão política.

Jango era o líder da ala esquerda do PTB e um dos principais responsáveis pela transformação do partido getulista, concebido originalmente como dique contra o comunismo, em aliado do PCB. Sua presença no comando do país levava os conservadores a imaginar o recrudescimento da “infiltração” comunista, perigo que já haviam identificado e denunciado no governo Kubitschek (MOTTA, 2007, p.290).

Como meio de apaziguar os ânimos, a opção por uma emenda parlamentar que diminuiu os poderes atribuídos ao executivo foi necessária, entretanto os conservadores e anticomunistas estavam em alerta contra Goulart, na medida em que em qualquer oportunidade voltavam a realizar críticas e protestos contra o governo.

Esse momento não tardou, conforme Motta (2007), em virtude do novo governo resolver continuar a política externa de aproximação com os países não-alinhados e socialistas, os anticomunistas desencadearam uma série de protestos contra o governo, no decorrer da gestão do presidente as relações diplomáticas foram alvo dessa conduta. Um momento que demonstra isso foi na posição do Brasil diante da pressão dos EUA para a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), a diplomacia brasileira não aceitava a expulsão e nem a possibilidade de intervenção armada no país caribenho o Brasil não queria cortar laços com os Estados Unidos, “mas também não aceitava curva – se diante dele” (MOTTA, 2007, p.292).

⁸ Condecoração cedida pelo presidente do Brasil, a **Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul** é um título que homenageia pessoas notáveis nascidas fora do país. A criação desta comenda remete à época de Dom Pedro I, que a cunhou com o nome de Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul no dia primeiro de dezembro do ano de 1822 como um ícone do poder do império no país, já que surgiu após a independência. ARAÚJO, Felipe. Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Infoescola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/curiosidades/ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul/> Acesso em 02/07/2023 às 17h43min.

Os anos que antecede o Golpe Militar de 1964 foram de grande agitação anticomunista. Várias entidades foram estruturadas com o fim de combater o comunismo: “Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a Liga da Defesa Nacional (LDN) e o Movimento Por um Mundo Cristão (MMC)” (MOTTA, 2007, p.294).

Ainda durante o mandato de Janio Quadros foi formada a Ação Democrática Parlamentar (ADM), cujo objetivo principal era conscientizar os políticos sobre a luta contra o comunismo e receber apoio..

As mulheres também foram uma forte base na mobilização, elas foram chamadas para luta em favor da “família, religião e prosperidade” (MOTTA, 2000, p.297). Sobre a participação feminina, Motta aponta que:

As mulheres foram mobilizadas contra o comunismo em nome da defesa da ordem tradicional: família, religião e propriedade. Organizaram-se para defender e conservar os valores tradicionais, que acreditavam estar sendo ameaçados pelo avanço do comunismo. A participação das entidades femininas na campanha anticomunista provocou forte impacto, à medida que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente. É verdade que as lideranças provinham das classes médias e altas, mas isto não diminui a importância do fenômeno. As organizações de mulheres conferiram um apelo especial à mobilização conservadora, pois fortaleceram a impressão de que a sociedade como um todo estava se levantando contra o comunismo. A força simbólica desta presença feminina era grande, com as mulheres representando a figura materna, o lar e a dona-de-casa, em resumo, a família (MOTTA, 2007, p.298).

No final de 1963, conforme o historiador, o anticomunismo estava bem sedimentado, desse modo, em virtude da oposição ao presidente e a todo segmento de esquerda, os setores conservadores, centralistas e de direita estavam empenhados em realizar campanhas para gerar temor na sociedade.

Nesse sentido, a posição do governo era substancial, já que os comunistas não tinham como tomar o poder sozinho, portanto, em virtude desse discurso constante e o medo inflamado na sociedade brasileira, todos os passos de Goulart estavam sendo analisados. O ano de 1964 foi decisivo, na medida em que o presidente passou a se aproximar de setores da esquerda foi se estabelecendo um cenário de polarização e crise:

O anticomunismo tornou-se um movimento forte, envolvendo expressivos segmentos do mundo social e político e abarcando um arco muito mais amplo que os tradicionais grupos da direita radical.

Os setores esquerdistas, por seu turno, não arrefeceram suas atividades, ao contrário; alguns elementos consideraram imperioso aumentar a mobilização para fazer frente a ofensiva conservadora. É interessante observar que os dois lados tinham percepções diversas da luta em curso: para a esquerda, tratava-se de um embate opondo nacionalistas e defensores do progresso social aos reacionários, anticomunistas fanáticos e “entreguistas”; na ótica dos antiesquerdistas, a luta era entre os democratas, comprometidos com a salvaguarda da liberdade e da pátria, contra os comunistas e seus aliados populistas e autoritários (MOTTA, 2007, p.320).

Segundo Motta (2007), em março a frente anticomunista já estava consolidada e abarcava vários setores da elite promovendo uma forte vertente conservadora, após a Revolta dos Marinheiros (1964), o cenário estava propício para o desenvolvimento de um Golpe de Estado que promoveu a cassação do mandato do presidente e permaneceu no poder por cerca 21 anos.

Segundo a pesquisa de Motta, o discurso anticomunismo após o Golpe de 64 tendeu ao arrefecimento, entretanto, o teor da narrativa permaneceu e se reconfigurou nas últimas décadas, a figura do filósofo e professor Olavo de Carvalho é um exemplo dessa nova fase do anticomunismo contemporâneo.

Leonardo Nascimento (2022) ressalta que essa nova fase é visualizada a partir da segunda metade do século XXI, especificamente no ano de 2013, quando foram realizadas manifestações que abrangeram variados perfis políticos e diversas causas.

Essa onda conservadora que resultou na luta em favor da família, religião e da moral trouxe novamente o anticomunismo para o meio político no Brasil. Nascimento expõe que o contexto internacional é favorável a esse novo momento, com isso traz a seguinte reflexão a partir do estudo de Moreira:

O crescimento da China (político, econômico, tecnológico), bem como o surgimento de grupos políticos (neoconservadores nos EUA, extrema direita na Europa e conservadores liberais no Brasil), ou eventos políticos transformadores (golpe de estado na Turquia, Impeachment no Paraguai, Brexit na Europa, eleição de Donald Trump nos EUA) (NASCIMENTO, APUD p.28, MOREIRA, 2019, p. 189).

O historiador aponta que essa nova direita mobilizou o imaginário anticomunista como fundamento do antipetismo se estabeleceu no centro das suas posições atuais. O antipetismo foi favorecido pelo descontentamento social com os escândalos de corrupção com os quais a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) esteve envolvida.

ANTICOMUNISMO NO MARANHÃO

No Maranhão o anticomunismo manifesta-se nas prisões e perseguições de opositores políticos dos que pensavam diferente dos dirigentes do Golpe Militar de 64, como exemplo mencionamos os casos da médica, professora e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Maria José Aragão, do poeta e economista Bandeira Tribuzi, e do jornalista e político Neiva Moreira.

Apenas a primeira personalidade maranhense citada foi filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Maria José Aragão ingressou no partido no ano de 1945, sobre sua formação inicial como comunista a médica afirma que teve pouca base, entretanto estava entusiasmada para trabalhar a favor do partido e, por essa razão, ajudou organizar o Partido no Maranhão:

Bem, então eu vim pra cá, vim furiosamente, loucamente, pegava jornal, os novos jornais e sabia notícia de jornal, e era em cima do que tava no jornal que eu discutia, brigava que eu fazia que eu convocava gente e ia pra porta de fábrica, numa verdadeira loucura (MOREIRA, 2015, p . 82).

Para Ribeiro et al. (2018), seu ingresso nas fileiras do PCB estão atreladas a sua posição como médica, pois após a sua formação, ela queria dar utilidade a sua função na sociedade, ajudando pessoas necessitadas em áreas pouco assistidas como é o caso do Acre. Contudo, após o comício no Santo Januário ⁹ e pelas palavras de Prestes, “ela foi arrebatada pelo comunismo” (RIBEIRO et, al. 2018, p.47).

Em virtude de sua posição assumidamente comunista, Maria Aragão viveu grande perseguição moral, sua pessoa era tida pelo clero como uma mulher indigna, sendo recorrentemente qualificada como: prostituta e besta-fera¹⁰.

⁹ Em 23 de maio de 1945, poucas semanas após deixar a prisão devido à anistia concedida pelo presidente Getúlio Vargas, o líder comunista Luiz Carlos Prestes falou para cerca de 100 mil pessoas no estádio de São Januário em comício organizado pelo Partido Comunista Brasileiro, o PCB. A cessão do estádio para o evento acabou causando a saída do presidente vascaíno Manuel Ferreira de Castro Filho. Em 1945, líder comunista Luiz Carlos Prestes reuniu 100 mil pessoas em comício em São Januário; veja foto e discurso. Netvasco. Disponível em: <https://www.netvasco.com.br/n/140467/em-1945-lider-comunista-luiz-carlos-prestes-reuniu-100-mil-pessoas-em-comicio-em-sao-januario-veja-foto-e-discurso> Acesso em 02/07/2023 às 21h30.

¹⁰ Segundo o dicionário Aulete Digital Besta Fera significa: Animal feroz; pessoa má e cruel. BESTA FERA in Aulete Digital, 2006. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/besta-fera> Acesso em 02/07/2023.

Sobre a postura do clero maranhense, a médica elenca as percepções a seu respeito que ouvia na época: “- Chegou aqui uma mulher, uma prostituta, ela se diz que é médica, mas ela não é médica, uma dona Maria, ela é uma prostituta, não se consultem com ela” (MOREIRA, 2015, p.86).

Sobre a posição de setores da Igreja Católica em relação à médica, Ribeiro (2018) afirma que:

(...) nutriam por ela um ódio violento e isso pode ser compreendido pelo fato de que a Igreja católica no Brasil tem bases profundas com o elitismo, o fundamentalismo e um intenso processo de dominação, fazendo um papel de amortecedor entre as classes distintas. Nesse sentido, Maria Aragão era uma personagem completamente avessa aos ideários propagados pela igreja (RIBEIRO et. al., 2018, p.48).

No Maranhão, trabalhou em favor do partido de forma resistente e pontual, atuando na direção e redação do periódico *Tribuna do Povo* que era o diário do partido. A circulação do matutino era repleta de dificuldades que eram impostas pela própria visão que a sociedade da época detinha sobre o comunismo, por exemplo, o jornal não podia ser vendido nas bancas, mesmo no período de legalidade do grupo político.

Não, não sei por que não legalizaram o nosso jornal, era em certo medo de legalizá – lo. - Ele não era vendido nas bancas, mas nos tínhamos um número grande de vendedores na rua. Meninos, eu ajudava muito os garotos, além do que eles tinham direitos (MOREIRA, 2015, p.149).

A militante foi presa três vezes no Maranhão, mas em nenhuma das prisões apresentaram acusações plausíveis sobre ela. Foi presa apenas por ser comunista. A primeira prisão ocorreu devido ao seu envolvimento no movimento popular contra a posse de Eugênio de Barros, a conhecida Greve de 51, nesse período, o partido já estava na ilegalidade devido a um decreto do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que foi firmado no ano de 1947, Maria Aragão era acusada de ter sido agente e incentivadora dos incêndios ocorridos na cidade.

Passados mais de oitenta dias presa, Maria foi libertada, pois não conseguiram elementos para manter a sua prisão, porém sua soltura se deu pela ação de defesa do seu Partido, que lhe enviou o advogado do próprio Prestes. Importante destacar que durante todo o período de prisão não lhe foi permitido qualquer visita. Mas, apesar das dificuldades do momento, este foi um importante momento de solidariedade a Maria Aragão. Pessoas ocuparam corredores da delegacia onde estava presa, levando alimentos, bebida e muito

carinho, apesar de não poderem falar com ela. O mesmo aconteceu nos momentos em que ela esteve no hospital para tratar de uma infecção que contraiu na delegacia. Isso fez com que a Maria Aragão se tornasse a Maria que conhecemos hoje (RIBEIRO et. al., 2018, p.49).

No ano de 1964, após sua estadia na União Soviética, Maria Aragão dedicava-se ao ofício de professora, contudo, com o golpe de estado foi presa em abril desse ano, juntamente com alguns de seus alunos, passou pouco mais de dois meses na prisão, mas em novembro, retornou a cadeia. Ao ser questionado sobre os motivos das prisões dos demais colegas de profissão, jornalistas, intelectuais locais, no caso, Bandeira Tribuzi e Neiva Moreira, a militante responde que “foram presos porque eram oposicionistas, apenas isto, eram oposicionistas” (MOREIRA, 2015, p.207).

As acusações lançadas sobre Maria Aragão apontavam que ela estava ligada a um tiroteio em Pirapemas, entretanto, no período do ocorrido ela ainda estava na União Soviética, tal constatação foi primordial para a sua defesa e absolvição. No ano de 1973, foi presa novamente, nesse período de sua vida, havia sido nomeada e trabalhava no posto médico do Anil e no hospital Nina Rodrigues, na sua terceira prisão, Maria Aragão sofreu torturas e foi levada para a cidade de Fortaleza, lá passou sete meses e depois retornou para São Luís. Após o julgamento foi condenada a 14 meses de prisão, que cumpriu em sua cidade natal. Ao ser questionada sobre o motivo de sua condenação, ela respondeu:

EUCLIDES: Qual era a tua acusação?

MARIA ARAGÃO: Eu era comunista e estava trabalhando em desacordo com a Lei de Segurança Nacional, na organização do Partido Comunista. “ Estava trabalhando no Partido Comunista, pela vida do Partido Comunista, blá, blá, blá, blá e como eu era representante da “Voz Operária”, jornal” Voz Operária”, eu vendia a “ Voz Operária”, logicamente eu fui enquadrada nisso (MOREIRA, 2015 p.266).

Maria Aragão foi vítima de perseguições em toda sua trajetória, em virtude de sua condição de mulher, negra e comunista, a forma como era vista na sociedade da época, sendo considerada, por alguns setores sociais, como um demônio comunista.

Conforme Rodrigo Motta (2000), o anticomunismo foi utilizado para designar toda a oposição política ao governo no Brasil. Ou seja, qualquer crítica ao governo tornava o opositor um conspirador, subversivo. As perseguições a Bandeira Tribuzi e

Neiva Moreira estão enquadradas dentro dessa percepção. Bandeira Tribuzi, poeta, jornalista e economista maranhense, trabalhou em funções notórias dentro do Estado principalmente no período de governo de José Sarney (1966-1970). Neste trabalhou na Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA – e no Banco de Desenvolvimento do Maranhão – BDM” (FERREIRA & GOMES, 2017, p.178).

Participou do jornalismo local atuando na direção e redação do *Jornal do Povo* e como redator-chefe do *Jornal do Dia*. No contexto do Golpe Militar, Tribuzi dirigia o *Jornal do Povo*:

Em abril de 1964, teve início, em São Luís, a execução de medidas mais duras e repressivas do regime militar. Tais medidas culminaram com a cassação do mandato de Neiva Moreira, então deputado federal pelo Maranhão. Em âmbito local, ocorreu a prisão de Bandeira Tribuzi, juntamente com outros escritores e jornalistas (FERREIRA & GOMES, 2013, p. 5).

O poeta foi preso e destituído de seus cargos públicos unicamente por “expressar por intermédio da imprensa, seu descontentamento com a repressão política” (FERREIRA & GOMES, 2013, p.5). Após tal fato, o *Jornal do Povo* foi fechado, fato evidenciado em outros diários da época.

Após sair da cadeia, Bandeira Tribuzi passou a trabalhar com Sarney, quem recebeu o apoio do Golpe Militar para vencer as eleições estaduais. Após a vitória de Sarney, se estabeleceu “um paradoxo na sociedade maranhense”:

Alguns jornalistas e intelectuais que militaram na oposição ao vitorinismo foram trabalhar na administração de Sarney, sendo Tribuzi um dos líderes do grupo, sobretudo, na área de planejamento econômico. Ou seja: uma parte da esquerda foi encarregada de fazer o programa de governo da recém-criada ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido da situação que, juntamente com MDB (Movimento Democrático Brasileiro) da oposição consentida, dava uma tênue aparência legalidade ao regime militar (FERREIRA & GOMES, 2013, p.7).

O caso do deputado e jornalista maranhense, Neiva Moreira, que também foi vítima de perseguição antes e durante a ditadura militar, se assemelha com a história de Bandeira Tribuzi.

Neiva Moreira foi preso duas vezes, no primeiro caso, em virtude da Greve de 51, no segundo momento, no contexto do golpe militar. Na entrevista concedida a José Louzeiro, ele expõe que após conseguir a liberdade da sua segunda prisão, teve dificuldades para sair do país.

O Itamarati estava com dificuldades para me dar o salvo-conduto. O regime militar não me queria fora do Brasil. Mas, os diplomatas terminaram conseguindo. Fui levado a São Paulo por um funcionário do Itamarati e um segurança. De lá tomei, com Kurt, o avião para Santa Cruz de La Sierra e La paz (MOREIRA, 1989, p.204).

Durante a sua segunda prisão, o então deputado federal esteve recolhido em um presídio de segurança máxima, juntamente com outros companheiros políticos. Sobre as acusações, o jornalista afirma que eram várias alegações, mas o que mais pesava era uma estratégia desenvolvida para articular Brizola com Cuba, o episódio é descrito pelo político como “Dinheiro de Cuba” que consistia em:

O adido naval brasileiro no México teria interceptado um radiograma de Fidel Castro dirigido não disseram a quem, comunicando uma remessa de dez milhões de dólares para Brizola. Uma jovem e bela cubana “guapa morocha” teria sido a emissária. O dinheiro destinado à subversão teria sido entregue a mim, para que o repassasse ao Brizola (MOREIRA, 1989, p.197)

Conforme Neiva Moreira, o Serviço de Inteligência o considerava um “subversivo incorrigível” (MOREIRA, 1989, p.197), apesar do deputado não ser ligado ao Partido Comunista, ele era considerado como um forte agente desse na época. No capítulo seguinte iremos abordar mais elementos da vida, carreira e atuação jornalística, além de apresentamos seu grande aliado na luta contra a opressão e resistência: o *Jornal do Povo*.

CAPÍTULO 2: NEIVA MOREIRA: JORNALISTA, POLÍTICO E INTELLECTUAL LATINO – AMERICANO

Nascido na cidade de Nova Iorque, no estado do Maranhão, no dia 10 de outubro de 1917, “filho do tempo da Revolução Russa” (ALMADA, 2017, p.129), José Guimarães Neiva Moreira, era filho de Antônio Neiva Moreira e Luiza Guimarães Neiva. Sua família era de origem pobre e vivia de um pequeno comércio. Em busca de um futuro melhor para os filhos, mudaram-se para a cidade de Barão Grajaú ainda no período de infância do futuro jornalista.

Quando tinha apenas 7 anos seu pai faleceu e, em virtude da dificultosa situação financeira de sua família, Neiva Moreira começou a ajudar nas dispensas de casa, seja “vendendo bolinhos de arroz ou remando canoas na travessia do rio entre Barão de Grajaú e Floriano” (BUZAR, 1997, p.12).

Aos nove anos conseguiu o seu primeiro emprego como “cobrador da Associação dos Empregados do Comércio de Floriano” (BUZAR, 1997, p.12). Em razão de buscar oferecer melhores oportunidades de estudos e trabalho, a família de Neiva Moreira se mudou novamente para a cidade de Flores, hoje conhecida por Timon.

Foi no Liceu de Teresina que começou a amizade com Carlos Castelo Branco e fundou o *jornal A Mocidade* e iniciou seu gosto pelo jornalismo. Em seguida, mudou-se para São Luís por acreditar que o mercado de trabalho era mais promissor e, com a ajuda do desembargador Constâncio Carvalho, trabalhou no jornal *O Pacotilha* ao lado de Nascimento de Moraes.¹¹

Benedito Buzar (1997) pontua que em seu período em *O Pacotilha*, Neiva Moreira cobriu as sessões da Assembléia Legislativa que encontrava-se polarizada em virtude das disputas entre os aliados de Marcelino Machado e os de Magalhães de Almeida.

Era a década de 30, e o debate político estava polarizado entre integralistas e comunistas no Maranhão, assim como no Brasil. Segundo Buzar, a forte presença da

¹¹ José Nascimento de Moraes nasceu em São Luís no dia 19 de março de 1882, entre as funções que exerceu no decorrer da sua vida destaca-se o seu desempenho como jornalista, o mesmo escreveu vários artigos jornalísticos que em muitos casos foram publicados sob pseudônimo que apresentavam temas relacionados ao preconceito racial. Nascimento de Moraes. **Literafro**, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/339-nascimento-moraes>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022 as 14:30.

religião na sua família levou Moreira a aproximar-se do integralismo (BUZAR, 1997, p.13).

Buzar conta que “nesse cenário, sua atuação em *O Pacotilha* cresceu a olhos vistos, ao ponto de receber convite para trabalhar em outros jornais de São Luís. Mas preferiu ficar ao lado de Nascimento de Moraes, do qual recebia afagos, lições de jornalismo e caráter” (BUZAR, 1997, p.13).

Posteriormente, Moreira passou um período no exército e ao regressar encontrou o ambiente jornalístico de São Luís profundamente afetado pelo impacto econômico da Segunda Guerra Mundial. “Em virtude da falta de expectativa na profissão, decidi mudar-se para o Rio de Janeiro, em 1942” (BUZAR, 1997, p.14).

No estado do Rio de Janeiro, atuou em vários matutinos como o *Diário de Notícias*, *Diário da Noite*, *Diários Associados*, *O Jornal*, *Jornal Vanguarda*, *O Panfleto* e *O Cruzeiro*. A experiência neste último o tornou um profissional gabaritado na área do jornalismo.

Em *O Cruzeiro*, em tempo razoavelmente curto, alcançou a plenitude profissional. Tornou-se repórter internacional, condição que o credenciou a cobrir, sobretudo na América Latina, fatos e movimentos populares, muitos dos quais terminaram em golpes de estados, tão corriqueiros na época (BUZAR, 1997, p. 14).

A experiência no Rio de Janeiro foi de suma relevância para a visão de mundo e a carreira de Neiva Moreira:

No Rio de Janeiro, onde impôs-se como jornalista gabaritado e competente, teve a oportunidade, pela convivência com colegas de imprensa, a maioria de esquerda, e com os novos tempos por que o Brasil começava a enveredar, na liquidação do regime ditatorial e integrar-se as nações democráticas, de abandonar o ideário integralista e converter-se a uma nova doutrina político-ideológica: o nacionalismo, pelo qual acreditava ser possível o país sair do atraso econômico e vencer a pobreza (BUZAR, 1997, p. 15)

O seu ingresso na política ocorreu por meio do Partido Social Progressista (PSP), fundado pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros¹², que almejava concorrer à presidência do país em 1950. Uma das ações do PSP, como forma de

¹²Adhemar de Barros foi um médico e político influente que desenvolveu sua carreira política em São Paulo. Em 1938, foi nomeado interventor por Getúlio Vargas e, posteriormente, foi eleito governador de São Paulo em dois momentos, 1947-1951 e 1963-1966. Comprovadamente envolvido em esquemas de corrupção, atribui-se a Adhemar de Barros o slogan “rouba, mas faz” (TAVARES, 2014, p. 252).

ampliar o eleitorado, foi à criação do *Jornal do Povo* na cidade de São Luís com a direção do deputado José Neiva de Sousa e redação de Neiva Moreira.

Nas eleições de 1950, após o episódio de sua prisão¹³ que “gerou, em São Luís, grande descontentamento popular e obteve, no plano nacional, ampla ressonância na medida em que a imprensa carioca se encarregou de explorar o incidente” (BUZAR, 1997, p. 15), Neiva Moreira concorreu a Assembléia Legislativa e obteve vantajosa votação.

O pleito que inicia a vida política do jornalista foi de grande relevância, em virtude dos embates políticos que circulavam no Maranhão da época e que motivaram grande reprovação contra o novo governador do estado, Eugênio de Barros, a respeito disso Buzar relatou:

Aquelas eleições foram dramáticas e tumultuadas, por que o candidato das Oposições Coligadas, Saturnino Belo, além de enfrentar a poderosa máquina governista, foi esmagado pela estrondosa fraude eleitoral. Para azar, das Oposições, Satu morreu em pleno processo das apurações. Foi o bastante para os oposicionistas questionarem o pleito e exigirem a realização de nova pugna eleitoral. A Justiça Eleitoral, porém, conluiada com os vitorinistas, não deu provimento aos recursos das Oposições e terminou diplomado o candidato do PSD, Eugenio Barros (BUZAR, 1997, p.16).

A vida política de Neiva Moreira esteve relacionada com o movimento grevista e em favor da luta contra a opressão que figurava o cenário político da época, repleto de práticas que sustentavam o mandonismo local dirigido por Vitorino Freire¹⁴. O jornalista e político também empreendeu lutas anti-imperialistas motivado pelos desdobramentos da Guerra Fria. Em seus mandatos legislativos (1955-1963) realizou vários discursos críticos às ações dos Estados Unidos, como nos casos de Guatemala e Cuba.

13 Segundo Benedito Buzar (1997) assim que José Ribamar Viana Pereira alcançou a presidência da Assembléia Legislativa decretou a prisão de Neiva Moreira no dia 27 de julho de 1949 após a publicação de um folheto de título “Eu fui capanga de Vitorino Freire”. A repercussão do episódio se alastrou para o nível nacional e teria gerado grande descontentamento na população de São Luís .

14 O político pernambucano Vitorino Freire filiado ao PSD tornou-se governador e liderança política de destaque no Maranhão após o processo de redemocratização do Brasil iniciado em 1946. Seu grupo político, conhecido como vitorinistas dominou a cena política maranhense até 1965, quando foi eleito governador do Maranhão o candidato de oposição José Sarney, da UDN. O vitorinismo representou uma das formas de mandonismo político que teve no coronelismo uma de suas modalidades de manifestação (FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 27).

Em virtude das lutas empreendidas pelo jornalista, foi construída pela oposição uma imagem que o classificava de baderneiro e criminoso, responsabilizando-o por incêndios ocorridos na periferia da cidade. O objetivo era mobilizar o eleitorado maranhense contra Neiva Moreira.

Duas estratégias utilizadas pelo político maranhense para promover “um projeto político promissor” (BUZAR, 1997, p.17) no estado foram comprar o *Jornal do Povo* e eleger uma bancada expressiva na Câmara Federal.

No ano de 1954, Neiva Moreira chegou ao congresso onde atuou com notável prestígio engajando-se na Frente Parlamentar Nacionalista¹⁵ e foi reeleito no pleito de 1958. Nas eleições seguintes teve dificuldades para continuar na sua posição política, em consequência de seu rompimento com Adhemar de Barros.

Nas eleições de 1960, em face de sua posição nacionalista, tomou uma decisão política que lhe acarretou acentuado desgaste eleitoral, em São Luís: em vez de acompanhar Adhemar de Barros, candidato a presidência da República, ficou ao lado do ex-ministro da Guerra, general Henrique Lott, candidato do PSD, partido contra o qual sempre lutou. O eleitorado oposicionista maranhense não entendeu seu posicionamento. Acostumado a vê-lo sempre junto de Adhemar de Barros, por isso não o entendia apoiando um candidato que recebia o aval político do vitorinismo (BUZAR, 1997, p.18).

Segundo Buzar apesar das dificuldades, Neiva Moreira foi reeleito e buscava chegar ao cargo de Governador do Maranhão. Durante a última legislatura (1962-1966) suas atividades estiveram relacionadas com as reformas de bases propostas por João Goulart.

No entanto, em virtude do Golpe Militar que ocorreu no ano de 1964 e mediante suas amplas lutas foi cassado e preso. Conseguiu ser liberado com a ajuda de Henrique de La Rocque (BUZAR, 1997, p.19). Em seguida, exilou-se na Bolívia e iniciou seu périplo por vários países da América Latina que se estendeu até 1979.

O retorno do jornalista ao Brasil, após a Lei da Anistia (1979), também possibilitou a sua volta na atuação política. O mesmo se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e concorreu no pleito de 1982 para o cargo de deputado federal, ao lado de Jackson Lago. Contudo, não foi eleito.

15 “Grupo suprapartidário que lutava em defesa da soberania do povo contra os interesses do capital estrangeiro e espoliador” (BUZAR, 1997, p. 17).

Nos anos em que Jackson Lago concorreu à prefeitura de São Luís, Neiva Moreira teve uma boa atuação, trabalhando em prol do partido para que ele se tornasse um caminho político para o estado, como já havia realizado anteriormente com o PSP. Neiva Moreira faleceu em 10 de maio de 2012.

JORNAL DO POVO: CONTRA A OPRESSÃO E INJUSTIÇA SOCIAL

Segundo José Ribamar Ferreira (1998), o Maranhão no início da década de 50 recebeu intensos fluxos migratórios de imigrantes nordestinos que buscavam melhores condições de vida no estado. São Luís, apesar de não receber inicialmente grande fluxo migratório, não estava deslocada das mudanças sociais que ocorriam na época e era o principal espaço de decisões político-administrativas.

As classes médias e a elite local tomaram posse do aparelho administrativo do estado e dispunham de matutinos que veiculavam seus interesses. Na década de 60 registra – se alta taxa de analfabetismo no Maranhão, esse fato manifesta a relevância da oralidade dentro dessa sociedade e demonstra um contraste entre uma sociedade letrada que detinha dos veículos de informação e outra que era desconhecadora do código linguístico (FERREIRA, 1998, p.25).

Na esfera política, o Maranhão era palco de práticas do mandonismo e clientelismo que buscavam “tomar como patrimônio o Estado, que representava fonte de riqueza, prestígio e poder” (FERREIRA, 1998, p.2). Na década de 50 o sistema partidário estava em posse de proprietários de terra que dominavam o setor rural e as cidades interioranas.

É nesse cenário social e político que ascendeu Vitorino Freire, pernambucano que chegou ao Maranhão como secretário do capitão Martins de Almeida. Este político era uma espécie de “intermediário entre o governo estadual e nacional, desse modo, manipulando a política do Estado, de quem se fez legítimo representante, através dos cargos que exerceu, dominou o Maranhão, durante 20 anos” (PINTO, 1982, p.16).

O período de 1946 a 1965 é conhecido na política maranhense como vitorinismo, porque nessa fase o pernambucano, que era filiado ao Partido Social Democrático (PSD), tomou controle da máquina estatal, elegendo seus candidatos e manipulando processos eleitorais (PINTO, 1982, p.17).

A fraude concretizava-se graças a cooptação do poder judiciário, mapas rasurados, urnas violadas, seções anuladas, eleitores-fantasmas constituíram manobras usadas, entre muitas outras, para eleger ou não um candidato (PINTO, 1982, p.19).

Foi esse o contexto político de criação do *Jornal do Povo* em 1950. O diário apresentou – se como um expoente na luta contra o mandonismo local, denunciou Vitorino Freire, Newton Belo e os demais políticos que estavam agrupados na chapa do político pernambucano.

Esse periódico, conforme Ferreira (1989) foi o mais relevante e influente diário oposicionista ao vitorinismo. Como mencionado anteriormente, o jornal foi criado e financiado de forma estratégica para mobilizar um eleitorado a favor de Adhemar de Barros¹⁶ que na época era governador de São Paulo e pretendia concorrer à presidência da república

Segundo Wagner Cabral Costa (2006), em 1952, o controle acionário do *Jornal do Povo* passou para a empresa gráfica Jornal do Povo S. A, que tinha Neiva Moreira como acionista majoritário. Por meio desse periódico, o jornalista maranhense desenvolveu um jornalismo considerado fervoroso e que era inovador em termos de técnicas e conteúdos.

Ao ser indagado por Louzeiro em relação à importância do periódico para o seu empreendimento de lutas no Maranhão entre as décadas de 50 e 60, Neiva Moreira responde que o matutino “foi, além de trincheira da oposição, um reformador da imprensa no Maranhão. Substituiu aquele jornalismo literário, pretensamente analítico ou de fuxico doméstico, valorizando a reportagem e a denúncia” (MOREIRA, 1989, p.112).

Segundo José Ribamar Junior Ferreira (2014), o diário conquistou grande relevância no cenário maranhense, na medida em que promoveu a circulação de informações que nortearam a formação de opiniões sobre os principais acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais da época em questão.

Benedito Buzar (1997) enfatiza a receptividade do jornal na sociedade maranhense:

Pela veemência de seus artigos e de suas matérias, em pouco tem o Jornal do Povo conquistava recordes de vendagem, transformava o

¹⁶ A respeito do seu primeiro dele, é válido considerar que esse era um típico representante da oligarquia cafeeira paulista, atuou em cargos públicos foi “(...) prefeito (1957 – 1961), governador (1947 – 1951 e 1963 – 1966), duas vezes candidato à presidência (1955 e 1960) e teve papel importante na articulação do golpe de 1964” (TAVARES, 2014, p.253).

PSP no maior partido oposicionista, dava popularidade a Adhemar de Barros em São Luís e fazia de Neiva Moreira o símbolo de resistência aos governistas, sobretudo depois de sua prisão pela Polícia Militar, no episódio em que o deputado José Ribamar Viana Pereira, dissidente do PSD, alcançou a presidência da Assembléia Legislativa (BUZAR, 1997, p. 15).

Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007) asseguram que os subtítulos de um jornal trazem direcionamentos importantes a respeito de quem fala e qual o público deseja alcançar. Com o subtítulo “contra a opressão e a injustiça social”, que indicava que a sua luta estaria do lado da justiça na condução da máquina pública, o periódico foi um importante campo de comunicação, no qual Neiva Moreira disseminou “entre o particular e universal, o socialismo democrático” (ALMADA, 2017, p.22).

A equipe do matutino contou com a colaboração de vários jornalistas, políticos e/ou intelectuais locais, dentre os quais podemos citar:

Lago Burnett, Amorim Parga, Ferreira Gullar, Walbert Pinheiro, Celso Bastos, José Sarney, Clodomir Milflet, Henrique de La Rocque, Odylo Costa Filho, Cid Carvalho, Joaquim Mochel, Paulo Nascimento Moraes, Sebastião Bandeira, Helena Barros, o arcebispo dom José Delgado, o bispo – auxiliar dom Antonio Fragoso, Antonio Justo, o padre Constantino Vieira (suplente do senador Clodomir Cardoso), o padre Clodomir Brandt, Franklin de Oliveira, José Mario dos Santos, Villela de Abreu, Erasmo Dias, Casemiro Carvalho, Heider Paz, o professor e vereador de Mata Roma, o médico Fernando Viana, o poeta Bandeira Tribuzi, João Silva, Geraldo Moreira, Vera Cruz Marques. Era um grupo notável, em luta por um novo Maranhão (MOREIRA, 1989, p.108).

Pelo estudo de Costa (2006) conseguimos identificar traços da linha política editorial predominante no *Jornal do Povo*:

(...) apesar de considerado “progressista” pela maior parte da historiografia (por conta das posições nacionalistas e pró- reformas de bases adotadas antes do golpe de 1964), na década de 1950, o *Jornal do Povo* compartilhava com toda imprensa local, bem como o clero, uma posição marcadamente anticomunista, fato evidenciado em inúmeros artigos que “denunciavam” e “combatiam” a sempre suposta “infiltração comunista” (COSTA, 2006, p. 39).

Para Federico Santos (2021), ser progressista está intrinsecamente relacionado com ser de esquerda, em função de que o discurso de esquerda está pautado no princípio da igualdade, desse modo, citando o estudo de Charaudeau, o autor aponta que essa matriz ideológica tem a percepção filosófica de que o homem consegue dominar a

natureza, por conta disso está em constante progresso a favor de uma sociedade igualitária. Ressalta ainda que essa linha de pensamento possibilita:

questionar os valores da direita como: a crítica à ordem hierárquica da sociedade, defendendo a supressão de privilégios; questionamento da discriminação, em defesa da solidariedade social (entre raças, credos, etnias, gênero, orientação sexual etc.); confronto com as tradições religiosas, em prol da laicidade; ataque ao princípio da ordem, opondo o princípio da contestação e colocando em causa o poder político de diversas maneiras (pelo sindicato, pelas associações etc.), em benefício do bem comum (SANTOS, 2021, p.389).

As ideias progressistas que marcaram o jornal estão relacionadas pela forma como veículo defendeu assuntos que colocavam em pauta a luta pelos direitos sociais e movimentos sociais como o anti-imperialismo e a valorização da autodeterminação dos povos.

Em nome desses valores o jornal teria se tornado a “trincheira da resistência, onde foram defendidas a autodeterminação de Cuba, a liberdade de organização operário-camponesa e as perspectivas da revolução brasileira” (COSTA, 2006, p. 77).

Tal fato é reafirmado pelo diretor – proprietário do periódico que descreve a sua importância como meio de comunicação, na medida em que exerceu no cenário maranhense “influência conscientizadora num sentido progressista” (MOREIRA, 1989, p.107).

Costa (2006) ainda pontua que através de suas notícias era possível “acompanhar o acirramento do conflito político - ideológico no país, bem como as diversas formas de manifestação política dos setores nacionalistas e reformistas locais” (COSTA, 2006, p. 78).

Neiva Moreira (1989) acentua que o matutino se alinhava aos principais temas nacionais da época, “o petróleo, os minerais, a política externa independente, a reforma agrária” (MOREIRA, 1989, p.112). Além disso, indica que o mesmo deu espaço para as lideranças sindicais e para o estudo da conjuntura econômica e política do país.

O público-leitor do periódico, conforme Ferreira (1998), era a “pequena burguesia comercial e as classes médias” (FERREIRA JÚNIOR, JR. 1998, p.46.) no período o Maranhão apresentava um alto índice de analfabetismo. Sobre esse grande índice o autor citado, expõe que:

(...) recorrendo aos dados censuais de 1960, constata – se que, entre seus 1.637.154 habitantes, o Maranhão possuía, entre os de mais de 15 anos, 848.389 indivíduos que não sabiam ler e escrever, ou seja, o analfabetismo estava estabelecido, nessa faixa etária, em 63,78% da população maranhense” (FERREIRA, Júnior, JR.1998, p.25).

Como já mencionamos anteriormente, o periódico foi fonte de uma pesquisa de iniciação científica que teve o fomento da UEMA e cujo período foi de 2021/2022. A partir dessa pesquisa¹⁷ foi possível observar que nos seus 14 anos de circulação, o *Jornal do Povo* se posicionou sobre diferentes temas que envolvem a história das américas no século XX.

Dentre eles, as relações interamericanas foram abordadas em diferentes momentos e relacionadas a diferentes temáticas. Identificamos no *Jornal do Povo*, 427 textos sobre o tema que dividiram-se entre editoriais, reportagens e artigos de opinião e podem ser observados na tabela abaixo subdivididos entre os subtemas mais recorrentes:

Tabela 1 - Temas encontrados no *JP*

Temas encontrados no <i>JP</i>	Quantidade de notícias
Relações entre os EUA e o Brasil	72
Anticomunismo	45
EUA e Cuba	44
Brasil e os países latinos – americanos	36
Países americanos diante da Guerra da Correia	27
De Hollywood para o <i>JP</i>	26
Conferências interamericanas	25
Segurança hemisférica	17
Influência norte – americana	15
Argentina no centro das relações interamericanas	13
Ajuda econômica dos EUA para o Hemisfério Ocidental	12
Capitalismo, Comunismo e nacionalismo	10
Outros temas	52
Total	427

¹⁷ Título de trabalho: Relações interamericanas e Guerra Fria no *Jornal do Povo* (1950-1964) PIBIC/UEMA.

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Desse modo, é possível observar que o periódico estava alinhado aos principais acontecimentos que ocorriam no mundo, em especial no continente americano, na época em questão, que era o período de Guerra Fria.

Houve também artigos de opinião de colaboradores e de Neiva Moreira sobre assuntos relacionados aos conflitos do binômio leste-oeste. Tais artigos expressavam o diálogo com as tensões ideológicas da época como “a caça aos subversivos”, a chamada de países latino-americanos para a guerra na Coreia (1950-1953), entre outros.

Tabela 2 - Artigos encontrados no *JP*

ARTIGOS DE OPINIÃO ENCONTRADOS NO <i>JP</i>	
Autores	Quantidade de publicações
Neiva Moreira/ colaborador	15
Brasílio Neto	4
Celso Bastos/ colaborador	2
Reginaldo Teles	1
Heider Freitas	1
Esther Willians	1
Amaral Raposo	1
Raposo Filho	1
Largo Burnett/ colaborador	1
Clovis Sena/ colaborador	1
Manuel Junior	1
Oswaldo Costa	1
João Pinheiro Neto	1
Barbosa Lima Sobrinho	1
Total	32

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Como podemos visualizar, Neiva Moreira foi um ativo colaborador do jornal. No geral, a maior parte da equipe era de políticos, por isso em momentos de campanha o jornal possuía “uma grande dose de improvisação” (MOREIRA, 1989, p.110).

Este fenômeno transnacional foi objeto de análise do *Jornal do Povo* em diversos momentos sem indicar alinhamento editorial. Ao contrário, nossa análise demonstra a busca pela neutralidade crítica, como anunciado por Neiva Moreira, em uma matéria publicada no jornal ¹⁸em que afirmou que não era nem pro russo e nem pro norte-americano, mas sim a favor do Brasil.

Desse modo, realizou elogios às ajudas econômicas realizadas pelos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental, do mesmo modo que conduziu críticas às intervenções diretas de Washington em países americanos como nos casos de Nicarágua, Cuba e Guatemala.

Em relação à primeira questão mencionada, é válido pontuar a posição do periódico na relação Brasil e aos Estados Unidos. Os assuntos que se centraram nessa questão eram, em grande maioria, de ordem política e financeira, sempre alimentando a ideia de que havia um laço entre os dois países¹⁹.

Além do exposto, o matutino deteve durante alguns meses do ano de 1954, uma coluna chamada “De Hollywood para o JP” ²⁰ que dava espaço para as produções cinematográficas estadunidenses. Abordava-se tanto a vida pessoal dos artistas como suas atividades profissionais, além das indicações de filmes para os leitores sempre valorizando o estilo de vida americano

Em contrapartida, o *Jornal do Povo* defendeu a Revolução Cubana ²¹e desenvolveu severas críticas às atitudes imperialistas dos Estados Unidos em relação ao país. Foram denunciadas ações como as espionagens, boicotes e sabotagens, indicando o propósito de solidarizar a sociedade maranhense com a resistência do país caribenho.

. O papel do Brasil como mediador²² das tensões entre Estados Unidos e Cuba também ganhou destaque no jornal. Houve posições favoráveis a essa mediação e apresentaram-se notícias em defesa de que no continente pudesse existir a coexistência entre sistemas políticos e econômicos distintos. Além do mais, o periódico se

¹⁸ Chegou a hora de uma nova revisão na política americana. Neiva Moreira não é antiamericano e nem pro russo, mas simplesmente a favor do Brasil”, **Jornal do Povo**, São Luís 18 de fevereiro de 1956, p. 01

¹⁹ Mais fortes os laços entre Brasil e Estados Unidos, **Jornal do Povo**, São Luís, 29 de julho de 1953, p.08.

²⁰ Foram encontradas 26 notícias sobre essa coluna.

²¹ Foram encontradas 44 notícias da relação entre EUA e Cuba que em grande maioria apresentavam o clima de tensão entre os países e realizava denúncias ao imperialismo norte – americano

²² Foram encontradas 26 notícias nessa perspectiva do Brasil como mediador entre Cuba e Estados Unidos.

demonstrou favorável à posição do Brasil, mediante a negação da saída de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Questões diplomáticas também tiveram espaço dentro do jornal com a eclosão da Guerra na Coreia (1950-1953) foi noticiado os esforços dos Estados Unidos em mobilizar o Hemisfério Ocidental no envio de tropas para ajudar no conflito.

Celso Bastos, um dos colaboradores do periódico, no artigo “O Brasil ante o Conflito”²³ posiciona-se contra a participação do Brasil na guerra e ressalta como os interesses envolvidos nesse combate estavam distantes dos seus compromissos com a ONU.

A segurança hemisférica²⁴, também foi abordada no periódico, era retratada nos momentos de conexão entre os países sobre a orientação dos Estados Unidos, que buscavam promover uma aliança para a luta e defesa do continente contra o comunismo.

Por fim, o anticomunismo, tema de grande incidência no matutino, apareceu na forma de ataques a oposição política, ao Partido Comunista do Brasil (PCB), ao líder comunista Luís Carlos Prestes, revelando um grande esforço do jornal na difusão de um discurso de acordo com o seu projeto político progressista/nacionalista e não comunista.

²³ BASTOS, Celso. O Brasil ante o Conflito. **Jornal do Povo**, São Luís, 29 de junho de 1951, p.02.

²⁴ Um exemplo de tal abordagem foi o conteúdo da publicação intitulada de Defesa do continente pelos Estados Unidos: plano de desarmamento para a América Latina, **Jornal do Povo**, São Luís, 15 de janeiro de 1958, p. 08.

CAPÍTULO 3: ANTICOMUNISMO NO *JORNAL DO POVO*

O *Jornal do Povo*, ao se posicionar sobre o comunismo, utilizou como forma de sinônimos, palavras que deixavam explícito a negação a ele. Dentre elas destacamos: “Ameaça Vermelha”, “Grande Mal”, “Mostro”, “Vermelhos”, “Subversivos”, “Terror”.

A maioria das notícias referentes a essa temática foram transmitidas por agências de notícias como a Rádio Press, Telepress, United Press, entre outras, que eram vindas de jornais da região sudeste de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A primeira publicação tem por título “Getúlio e o Comunismo” foi divulgada na página 2, nesse local onde geralmente eram colocados artigos de opinião dos colaboradores do jornal. É um texto com características de editorial devido ao conteúdo e a posição de destaque que ganhou.

Tal logo se tornou certo a candidatura do senador Getúlio Vargas a sucessão presidencial, as correntes mais reacionárias que lhe são adversas, tudo prepararam para desencadear uma campanha furiosa no sentido de denunciar ligações entre o movimento populista e o comunismo. Vargas seria assim debuxado como uma espécie de Kerenshi ou de um Lago Caballero, a ameaçar as instituições fundamentais da ordem social vigente. Seria o João Batista de Prestes. Esse plano de proselitismo, segundo seus autores, teria a vantagem de despertar temores na nossa gente do interior e principalmente, no seio das classes produtoras que não estão dispostas a ver o Brasil transformado em cabaia para experiências socialistas, já fracassadas nos países do velho mundo. “Vargas, candidato vermelho” era o slogan que seria lançado em grande estilo por aqueles que acreditam que o povo brasileiro não sabe discernir entre a verdade de clareza solar e a mentira, desordem em completa confusão. Realmente, o discurso do governador de São Paulo, ao lançar a luta eleitoral o nome de Getúlio Vargas foi uma peça primorosa e que não se presta a sofismas ou interpretações tendenciosas. Adhemar de Barros, com aquela franqueza cativante, que é um dos traços mais vigorosos da sua personalidade tão acima do comum dos nossos dias, fixou detidamente, o abismo que separa o social – progressivo de todas as formas de totalitarismo e, principalmente, do totalitarismo marxista. O chefe do Executivo bandeirante timbrou em dizer que as ideias do populismo, tão bem representadas na pessoa de Getúlio Vargas em nada se aproximam dos postulados socialistas. Por sua vez, o chefe ao P. T. B, no discurso que pronunciou através do rádio, no encerramento da Convenção Nacional daquele partido, não foi menos explícito em acentuar o caráter profundamente brasileiro das suas convicções. Quem prestar atenção as passagens mais importantes da oração do Sr. Adhemar de Barros e da oração do Sr. Getúlio Vargas há de concluir forçosamente que a vitória do candidato populista representa a melhor

garantia de uma marcha evolutiva, num ambiente de perfeita tranquilidade social. Realmente, Getúlio e Adhemar constituem no Brasil, a barreira mais firme ao avanço da ideologia Lenine. E, não nos iludamos, no dia em que as grandes massas populares se afastassem desses dois admiráveis líderes, não seria para se colocarem sob a influencia de políticos reacionários e de mentalidade completamente divorciada das aspirações da nossa época. Cairia, isto sim, sob a bandeira da foice e do martelo. Os verdadeiros democratas, aqueles que não se deixam impressionar por intrigas, oriundas de interesses eleitorais, compreendem bem a gravidade da situação mundial e não aumentam duvidas de que só estadistas de pulso e com profundas ligações nas classes trabalhadoras podem conduzir as nações para dias felizes. Não deixa, aliás, de ser significativo o empenho com que o jornal comunista “Imprensa popular” vem atacando a figura do Sr. Getúlio Vargas, desde que o seu nome foi indicado á sucessão por iniciativa do governador de São Paulo (Getúlio e o Comunismo, **Jornal do Povo**, São Luís, 21 de julho de 1950, p.02).

Sobre o conteúdo da notícia transcrita, é valido lembrar que o periódico nesse momento estava sendo financiado pelo ex – governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que era chefe do Partido Social Progressista (PSP). Desse modo, o matutino estava engajado para promover a eleição de Getúlio Vargas que era a indicação de Barros, em virtude de uma aliança entre o partido mencionado e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Inicialmente, Adhemar de Barros iria concorrer ao cargo do Poder Executivo, no entanto, a sua força política estava mais sedimentada em São Paulo e para mobilizá-la nacionalmente era necessário investimentos e alianças nas demais federações. A aliança entre os partidos PSP e PTB então foi uma forma de não perder o domínio da máquina pública.

Como podemos visualizar, o matutino realizou duras críticas a tentativa de associação entre o movimento populista e o comunismo, além de esboçar que os dois políticos seriam a principal linha de resistência para barrar o comunismo no Brasil. Além disso, expôs as tentativas do diário “Imprensa Popular”, jornal ligado ao PCB, em fortalecer negativamente a imagem do candidato Getúlio Vargas. Conforme aponta Vitor Nogueira (2018), a mídia nesse período buscou criar um perfil negativo ou positivo para o candidato, isso de acordo com os seus objetivos e a imagem que queriam legitimar no imaginário popular.

Mesmo o matutino como forma de defesa, negar essa associação e deixar evidente que era uma forma de estratégia da oposição política, se utilizou do mesmo

artifício para se referir ao candidato a presidência Cristiano Machado pelo Partido Social Democrático (PSD) promovendo um discurso sensacionalista em todo período de campanha.

Em publicações como “Apoio dos comunistas ao Cristiano Machado”²⁵ e “Plano de agitação comunista: aliança com o Sr. Cristiano Machado”²⁶ o jornal afirmou que o candidato teria o apoio dos comunistas, principalmente dando ênfase as participações de Carlos Lacerda e João Alberto nas negociações desse apoio. Podemos visualizar esse discurso político do anticomunismo na seguinte notícia que tem por título “A volta dos comunistas”:

Os comunistas estão voltando à cena, amparados sobre a ambição desenfreada de alguns candidatos e a irresponsabilidade de outros. Na questão de chapas federais arranjaram-se com o Sr. Vitorino Freire. O PST abrigou toda a representação comunista em São Paulo, enquanto o PRT, que a incansável aventura de Borghi manipula para interesses escusos, deu sua legenda no Distrito Federal. Essas alianças espúrias ocorrem quando o país sente que horas mais graves se aproximam e um conflito de imprevisíveis consequências já se desenha no mundo, com a chama atrelada ao paralelo 38 da Correia. Mas nesse terreno de insensibilidade diante dos interesses da pátria, parece que o próprio governo quer levar a melhor. As notícias de que o Sr. João Alberto, que está sendo a eminência parda do pessedismo, vem negociando com os comunistas em favor de Cristiano, parece que são de todo confirmadas. Os leitores que tomem nota disso. Não é o sr. Getúlio Vargas, não é o governador de São Paulo, mas Vitorino e o dutrista João Alberto quem propiciam aos agentes comunistas a volta à cena política (A volta à cena dos comunistas, **Jornal do povo**, 14/09/1950, p.02).

A notícia aponta que os comunistas estão se infiltrando em partidos políticos legais, e denunciam Vitorino Freire e João Alberto como os responsáveis por trazer novamente o retorno desses ao meio político. Sobre essa notícia, é necessário destacar que o *Jornal do Povo* detém de uma linha editorial que se empenha em denunciar Vitorino Freire, seus aliados e partidos em razão de toda política do mandonismo mantida no Maranhão por anos. Desse modo, como forma de depreciar os seus principais opositores políticos o colocam na posição de comunista atribuindo a isso valor negativo.

²⁵ Apoio dos comunistas a Cristiano Machado, **Jornal do Povo**, São Luís, 24 de julho de 1950, p.02.

²⁶ Plano de agitação comunista: aliança com Sr. Cristiano Machado, **Jornal do Povo**, São Luís, 25 de julho de 1950, p.02.

Após a eleição de Vargas, apesar de toda rivalidade sedimentada pelo jornal, foi publicado uma notícia de felicitações da parte de Cristiano Machado ²⁷ ao novo presidente da república. Além disso, é presente uma entrevista ao novo ministro da justiça, no qual o assunto principal é analisar a posição do novo governo sobre o comunismo.

BELO HORIZONTE, 16, RP – Provocado pela imprensa sobre o comunismo, o ministro da justiça disse:

- Até este momento não teve o governo necessidade de preocupar – se com o assunto. Quando for oportuno e em faces dos casos concretos que se apresentem, o governo agirá na sua função normal de garantir a ordem e segurança, dentro da Constituição e das leis.

Sobre a questão das publicações silenciosas, assim opinou o ministro da Justiça:

- A mim me parece que está campanha deve ser feita e que o governo deve tomar providências cabíveis no caso, pela nefasta influencia que este gênero de publicidade sabiamente exerce na deseducação moral e espiritual da juventude. E’ claro, entretanto, que quaisquer medidas nesse sentido têm de ser adotadas com cautela e serenidade, para que a ação do poder público não fira jamais a ampla esfera da liberdade de imprensa.

O ministro Negrão de Lima, que foi homenageado em Palácio pelo governador mineiro retornou hoje, ao Rio (O novo governo e o combate ao comunismo, **Jornal do Povo**, São Luís, 17 de fevereiro de 1951, p.03).

O governo brasileiro, assim como os demais países alinhados aos Estados Unidos no período, estava sedimentado em uma política anticomunista que foi reforçada por vários recursos como ajuda econômica, órgãos interamericanos e políticas de aproximação. Assim, para Washington, esses “tinham de provar que eram anticomunistas o bastante e que estavam determinados a se proteger – e, por extensão, proteger os Estados Unidos - da subversão comunista” (TULCHIN,2016, p. 1615)

O jornal também apresentou como o anticomunismo foi tratado no Maranhão . No caso, um episódio que foi interpretado dentro dessa perspectiva, foi a Greve de 51 que levou a prisão de várias pessoas contrárias ao governador Eugênio Barros, como a médica Maria Aragão e o próprio Neiva Moreira. Sobre essa questão, o jornalista Celso Bastos publicou no matutino um artigo de opinião intitulado “O pretexto do comunismo”:

²⁷ Cristiano felicita Getúlio. **Jornal do Povo**, 05 de outubro de 1950, p.01.

O governo mostra – se muito preocupado com o comunismo. A idéia que procura das ás altas autoridades da República é de que no Maranhão o credo moscovita adquiriu raízes profundas, que precisam ser eliminadas a troco de uma campanha sistemática de repressão policial. O Sr. Eugenio de Barros, ao que consta , pediu a colaboração da Polícia Política do Distrito Federal. Foi além: propôs a Assembléia um vultuoso crédito para enfrentar as despesas com o combate ao que considera agitação vermelha. Ora, sabemos muito em que o comunismo, praticamente, não existe no Estado, onde não se tem notícia, sequer, de um simples vereador prestista. O PC morreu de morte natural no Maranhão. Sabemos que rapazes socialistas que tomaram outro rumo por que não puderam ajustar seus anseios de paz social a totalitária do stalinismo, as suas intolerâncias doutrinas e com a negação indispensável das liberdades essenciais do homem. Compreende – se que não podia combater escravidão econômica do capitalismo com a escravidão do soviétismo. E o resultado aí está: o partido de Prestes nada fez, até hoje, em nossa terra, que merecesse as preocupações agora simuladas pelo governo do Estado. Não tem a menor influência nas massas. O próprio diretório do P.C confessou, em manifesto, a sua falta de vinculo com o povo e a sua incapacidade para explorar a reação coletiva, caracterizada pela greve pacífica, contra o vitorinismo.

Estamos vendo como o Sr. Eugenio Barros, apesar de tudo isso, procura imprimir foros de calamidade social ao trabalho inócua de uma meia dúzia de visionários bolcheviques, que nenhuma participação tiveram no movimento de libertação liderado pela Ilha Rebelde. Quer o governo dar a entender a nação que o levante popular contra a usurpação foi fruto de agitação comunista. Para isso, prendeu a Dra. Maria Aragão, num gesto de desespero que serviu apenas para confirmar a mentalidade policial de um governo sem o apoio das massas. As prisões de supostos agitadores comunistas estão em curso no interior. Vemos nisso uma porta aberta para violências contra os nossos amigos. Basta alguém os acuse de comunistas para que eles fiquem sob a ameaça da fúria policial. As torpes vinganças encontram, nos métodos de combate ao comunismo adotados pelo atual governo, um excelente pretexto para a sua expansão.

Fica, aqui, a advertência a opinião pública, a quem o vitorinismo jamais cansa de fazer surpresas (BASTOS, Celso. O pretexto do comunismo, **Jornal do Povo**, São Luís, 15 de novembro de 1951, p.02)

Segundo Bastos, como forma de reação da frente oposicionista ao seu governo, o governador Eugenio Barros estaria qualificando toda reação da Ilha Rebelde como uma agitação comunista. Esse movimento vigorou por conta da apuração das eleições, que, num primeiro momento, indicava Saturnino Belo como o vencedor na disputa eleitoral, contudo “o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) fez a anulação de 16 mil votos, que fizeram Eugenio Barros (PST), candidato ligado a Vitorino Freire a ultrapassar o oposicionista por 6 mil votos” (SODRÉ, 2021, p.211).

Em virtude disso, a cidade ficou paralisada por algum tempo nos meses de fevereiro/março e setembro/outubro. Conforme Euclides Cunha (2015) na sua entrevista com Maria Aragão, nesse período ela foi presa e recebeu grande apoio público, apesar de pontuar que o Partido Comunista não participou efetivamente de atos de rebeldia na cidade, apenas aprovou o movimento por entender que se tratava de uma mobilização social frente ao mandonismo que se instalou na política maranhense.

Neiva Moreira também foi preso por conta do Movimento Ilha Rebelde. Em sua entrevista a José Louzeiro, expos a dimensão que deteve tal movimento que paralisou setores de comércio e industrial, e que a população apoiou intensamente (MOREIRA, 1989, p.56).

Desse modo, a posição do colaborador em anunciar de forma crítica que o comunismo estaria sendo usado como mecanismo para fins de consolidar um governo que passava por momentos de turbulência frente à esfera federal, demonstra que o matutino entendia como esse discurso poderia dar lugar a ataques políticos, apesar de se utilizar do mesmo artifício como apresentado em outrora.

Além de denunciar os “vermelhos” e suas tentativas de mobilização social, o *Jornal do Povo* apresentou recorrentemente os seus próximos passos em nível nacional, conforme podemos observar em “ Distúrbios comunistas em dois grandes centros do país”²⁸ e “ Agitadores comunistas presos no Uruguai”.²⁹

Outra notícia sobre como o comunismo está se estabelecendo no meio internacional trata – se do desafio da Organização das Nações Unidas (ONU) no combate ao comunismo, desse modo é exposto que:

LAKE – SUCESS, 27 (UP)

- O comunismo internacional está desafiando as Nações Unidas. Isto faz com que a ONU na tenha alternativa sinão declarar a China como nação agressora. Não obstante, a ONU não deve fechar as portas a uma possível solução pacífica do conflito coreano. Estas declarações foram formuladas, hoje, pelo delegado da Bolívia, Sr Adolfo Costa Durels, que acrescentou: “Meu governo apoiará os Estados Unidos para declarar agressora a China comunista” (O comunismo internacional está desafiando as nações unidas, **Jornal do Povo**, São Luís, 30 de setembro de 1950, p.03).

²⁸ Distúrbios comunistas, **Jornal do Povo**, 26 de setembro de 1950, p.04

²⁹ Agitadores comunistas presos no Uruguai, **Jornal do Povo**, 28 de setembro de 1950, p.06.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) E O SEU LÍDER LUÍS CARLOS PRESTES

O periódico promoveu durante seu período de circulação grandes críticas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), haja vista que na época o partido atuava na ilegalidade porque teve seu registro cassado novamente em 1947. O matutino noticiou tentativas de articulações dos comunistas brasileiros, além de divulgar toda trajetória de Luís Carlos Prestes, informando de forma recorrente os seus passos em tom alarmante e com títulos sensacionalistas.

O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em março de 1922, tendo por objetivo “promover a Revolução Proletária no Brasil e conquistar o poder político para realizar a passagem do sistema capitalista para o socialista” (ABREU, 2012, p.01). Devido a todas as mudanças político-institucionais que o Brasil enfrentou desde sua fundação, o partido passou boa parte do tempo na ilegalidade, inicialmente seu nome era Partido Comunista do Brasil para facilitar o seu registro eleitoral precisou ser alterado para Partido Comunista Brasileiro no ano de 1961.

No ano de 1934 Luís Carlos Prestes foi aceito no partido, ele que foi o “principal personagem do movimento tenentista, líder da Coluna Miguel Costa – Prestes, acabou por aderir ao comunismo no seu período de exílio” (GAUDÊNCIO, 2022, p.6).

No governo de Getúlio Vargas, os comunistas apresentaram forte oposição, na medida em que o partido o acusava de ser um “agente do imperialismo” (ABREU, 2012, p.16). Desse modo, o partido participou de várias ações como:

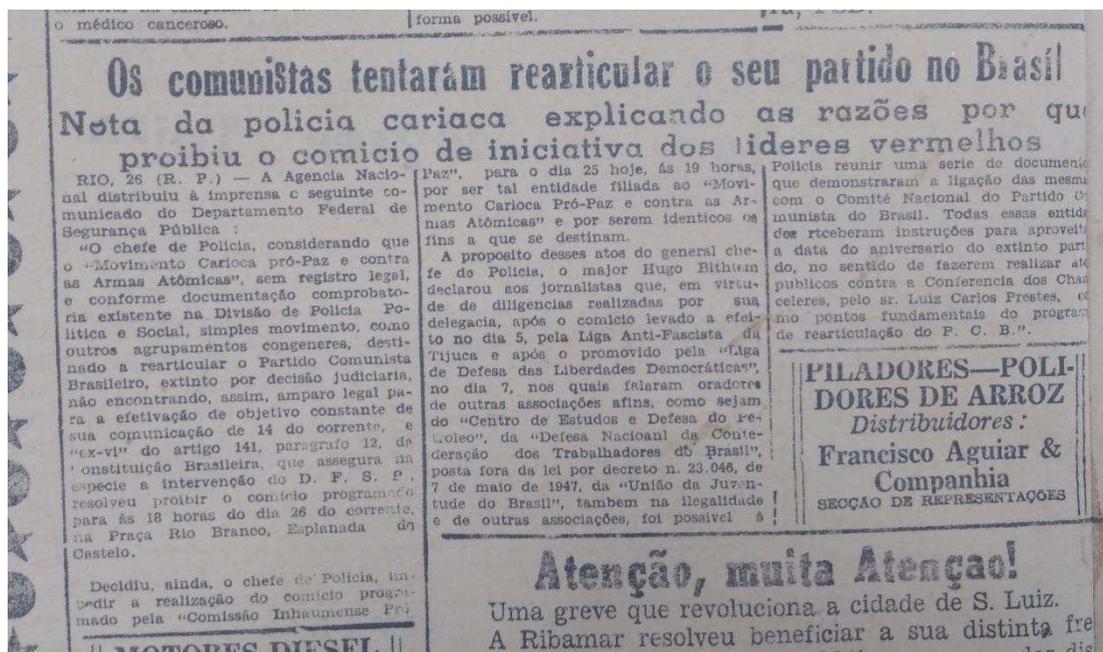
O PCB atuou em várias campanhas, como o Movimento Nacional pela Proibição das Armas Atômicas, e, junto com os grupos nacionalistas, liderou a campanha “O petróleo é nosso”. Participou também da campanha contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos assinados em 1952 e da campanha contra a participação do Brasil na Guerra da Coreia, quando promoveu o Congresso Continental da Paz (ABREU, 2012, p.16).

Pelas publicações realizadas no *Jornal do Povo* foi possível acompanhar várias críticas a toda forma de agitação e ressaltando os riscos da constante e iminente “infiltração comunista”.

A primeira publicação mapeada que apontava uma reação dos comunistas à política conduzida pelo governo tem por título “Os comunistas cariocas querem fazer

um comício contra Washington”³⁰. O texto ressalta que a polícia estava investigando o comitê Pro Paz contra as armas atômicas, pois esse evento será realizado no dia do aniversário do partido e havia indicações de que seria uma forma de comemorar e realizar um protesto contra a conferência que ocorria nos EUA.

Figura 1 - Os comunistas tentam rearticular o seu partido



Fonte: registro feito pela autora

A notícia acima³¹ faz menção a uma conferência realizada em Washington em 1951, que afirmava que os Estados Unidos buscavam estabelecer uma aliança com o Brasil para servir de exemplo aos demais países sul-americanos. Segundo Dalio & Miyamoto (2010), a conferência tinha três objetivos: cooperação para a defesa do continente americano; segurança interna e cooperação econômica. É claro que essa reunião perpassava um alinhamento do Brasil com Washington, ou seja, estariam se comprometendo com os interesses capitalistas, a ação dos comunistas anunciada pelo diário demonstra uma reação a essa aliança, fato esse que já convergia com a noção que os comunistas detinham do governo de Vargas de que ele cederia ao imperialismo.

³⁰ Os comunistas cariocas querem fazer um comício contra a conferência de Washington, **Jornal do Povo**, São Luís, 23 de março de 1951, p. 02.

³¹ Os comunistas tentaram rearticular o partido comunista no Brasil, **Jornal do Povo**, São Luís, 27 de março de 1951, p.6.

Ainda sobre essas agitações a notícia “De prontidão a polícia contra os comunistas”³² apresenta as mobilizações previstas para o dia do trabalhador, indicando o deputado Roberto Morena, o vereador Eliseu Alves, o pastor Guaraci Silveira e o metalúrgico Paulo Santana como os articuladores do movimento.

O periódico deu bastante ênfase em publicações sobre essas mobilizações que o partido desempenhava no seu período de ilegalidade, algumas notícias estavam articuladas em lugares do diário de grande destaque como na capa e com características gráficas de uma manchete como a seguinte³³:

Figura 2 - Contra os desdobramentos do Partido Comunista do Brasil



Fonte: registro feito pela autora

Ainda sobre Luís Carlos Prestes, o jornal valoriza o engajamento do governo na sua captura. Na publicação “Empenho gigantesco da polícia de três estados na caça a Carlos Prestes” é divulgada a preocupação que a polícia política tinha sempre atenta a toda possível movimentação desenvolvida pelo líder comunista, pois queria impedir sua fuga pelas fronteiras do Brasil.

³² De prontidão a polícia contra os comunistas, **Jornal do Povo**, São Luís, 29 de março de 1951, p.06.

³³ Contra os desdobramentos do Partido Comunista, **Jornal do Povo**, São Luis, 05 de maio de 1951, p.03.

RIO, 12 (Rádio Press) - A polícia política declarou que se acha a caça de Prestes e dos principais líderes comunistas. Adiantaram – se as autoridades que se encontram em perfeita união de vistas os policiais de Minas, S. Paulo e Estado do Rio. A polícia disse também ter máximo interesse em prender Prestes, afim de assim cumprir com a necessária pressa, o mandato judicial. Acrescentaram as autoridades que estão sendo tomadas todas as providências para evitar a fuga, através das fronteiras, de elementos comunistas que deveram ser presos.

PARA NEUTRALIZAR A AÇÃO DE PRESTES

RIO, 12 (Rádio Press) – A propósito do empenho para a prisão de Prestes, diversos círculos e principalmente os observadores políticos, opinam que um dos principais intentos de Getúlio, nessa altura dos acontecimentos políticos, é a reforma constitucional que consiste em inutiliza por completo Prestes, neutralizando totalmente sua ação, e, daí, a intensa atividade policial para o cumprimento do mandato de prisão. Admite – se também que a polícia política sabe onde se acha Prestes, pelo menos na região onde se encontra (Empenho gigantesco da polícia de três estados na caça a Carlos Prestes, **Jornal do Povo**, 16 de junho de 1951, p.01).

Para mais, o matutino divulga em tom de tensão que os comunistas estariam se organizado para realizar uma revolução nos países latinos – americanos com a liderança de Prestes, o primeiro país apontado foi à Bolívia.

RIO, 15, (Rádio Press) O promotor Orlando Ribeiro Castro afirmou que Prestes se encontra na fronteira da Bolívia preparando a Revolução Sul – Americana adiantou que os técnicos rurais preparam a insurreição e que os comunistas estão se organizando em bandos armados (Carlos Prestes prepara na Bolívia a revolução sul – americana, **Jornal do Povo**, São Luís, 16 de junho de 1951, p. 01).

Dando continuidade a essa busca pelo líder comunista, são indicadas várias suspeitas de locais e o matutino expos essas especulações. No geral essas notícias enfocaram que Prestes estariam em constante mobilização para desenvolver uma Revolução Sul-Americana.

O matutino continuou a perseguir os passos de Prestes, em conjunto com outras ações que o governo federal realizava. Foram divulgadas notícias de alertas, de prisão e de elaboração de recursos legais para o combate ao comunismo como uma lei anticomunista:³⁴

³⁴ Lei anticomunista estuda o governo, **Jornal do Povo**, São Luís, 17 de janeiro de 1953, p.01.

Figura 3 - Lei anti-comunista estuda governo



Fonte: registro feito pela autora

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi apoiado pelos comunistas, em virtude de que o candidato apoiava a luta pela “democracia, pelas liberdades e pelo desenvolvimento do país, o que para os comunistas poderia significar um grande avanço no combate ao imperialismo” (ABREU, 2012, p.17). O *Jornal do Povo* expõe certa ligação dos comunistas com o candidato, como a promessa da legalidade ao partido³⁵:

³⁵ Juscelino promete aos comunistas: legalidade do partido comunista, *Jornal do Povo*, São Luís, 14 de setembro de 1955, p.01.

Figura 4 - Juscelino promete aos comunistas legalidade do partido comunista



Fonte: registro feito pela autora

Outro ponto de apoio foi em relação à campanha “O petróleo é nosso”³⁶, que defendia que o recurso petrolífero não deveria ser aberto para capital privado. Os comunistas apoiavam tal pauta, foi publicada a matéria “Comunismo e Petróleo”³⁷ em que se discutiu as eleições para o cargo da presidência do Clube Militar, para os quais disputam Estilac Leal e Alcides Etchegoyen que detinham visões diferentes da administração do petróleo.

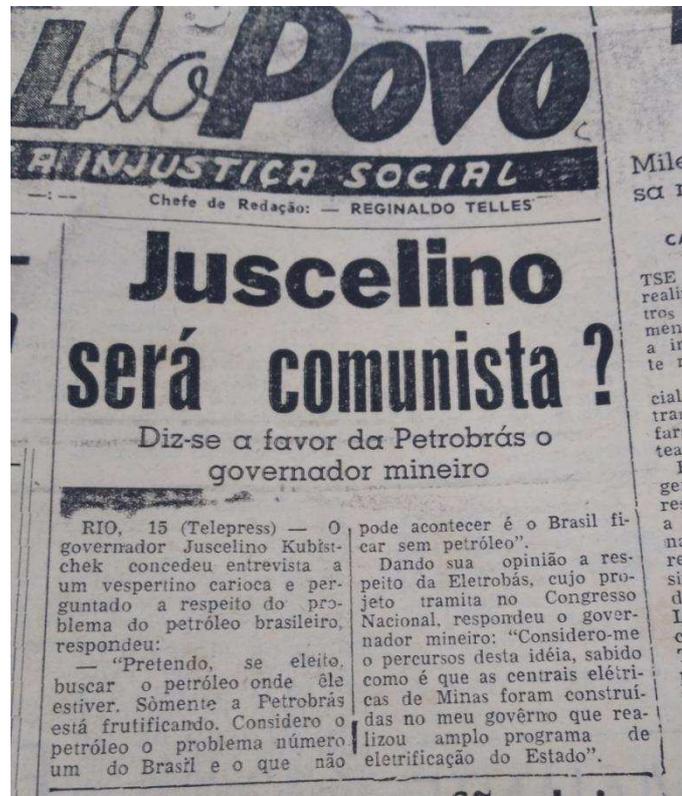
O periódico questionou se Juscelino Kubitschek seria comunista já que concordava com uma postura nacionalista sobre a questão do petróleo, assim como era posição dos comunistas na época. Desse modo publicou sobre a posição de JK em relação ao citado e sobre sua posição frente a Eletrobrás.³⁸

³⁶ Em 1948, o slogan “O petróleo é nosso” tornou-se o nome da campanha pela nacionalização da extração desse combustível. O recém-criado *Centro de Estudos e Defesa do Petróleo* defendia que todas as fases de extração do petróleo deveriam ser responsabilidades da União, e, desse modo, também receberiam todos os rendimentos dessa produção. A campanha “O petróleo é nosso” foi estimulada em um período de desmonte da estrutura administrativa do Estado Novo. RODRIGUES, Natália. O Petróleo é nosso. Infoescola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/o-petroleo-e-nosso/> Acesso em 03/07/2023 às 15h.

³⁷ Comunismo e petróleo, *Jornal do Povo*, São Luís, 29 de abril de 1952, p.04.

³⁸ Juscelino será comunista? *Jornal do Povo*, São Luís 16 de março de 1955, p.01.

Figura 5 - Juscelino será comunista?



Fonte: registro feito pela autora

IMPERIALISMO: OS CASOS DA GUATEMALA E DA REVOLUÇÃO CUBANA.

O matutino apesar de deter uma linha editorial como demonstramos acima que era marcada pelo anticomunismo, demonstrou recusa as intervenções realizadas por Washington com a justificativa de conter o comunismo como ocorreu na Guatemala e em Cuba.

Ambos os países foram alvos de ações imperialistas por parte dos EUA que comprometeram a tomada de suas decisões políticas. No caso da Guatemala no ano de 1954 ocorreu a renúncia de Jacobo Arbenz que foi fruto de uma operação "idealizada, organizada e financiada pela CIA" (AYERBE, 2002, p.103).

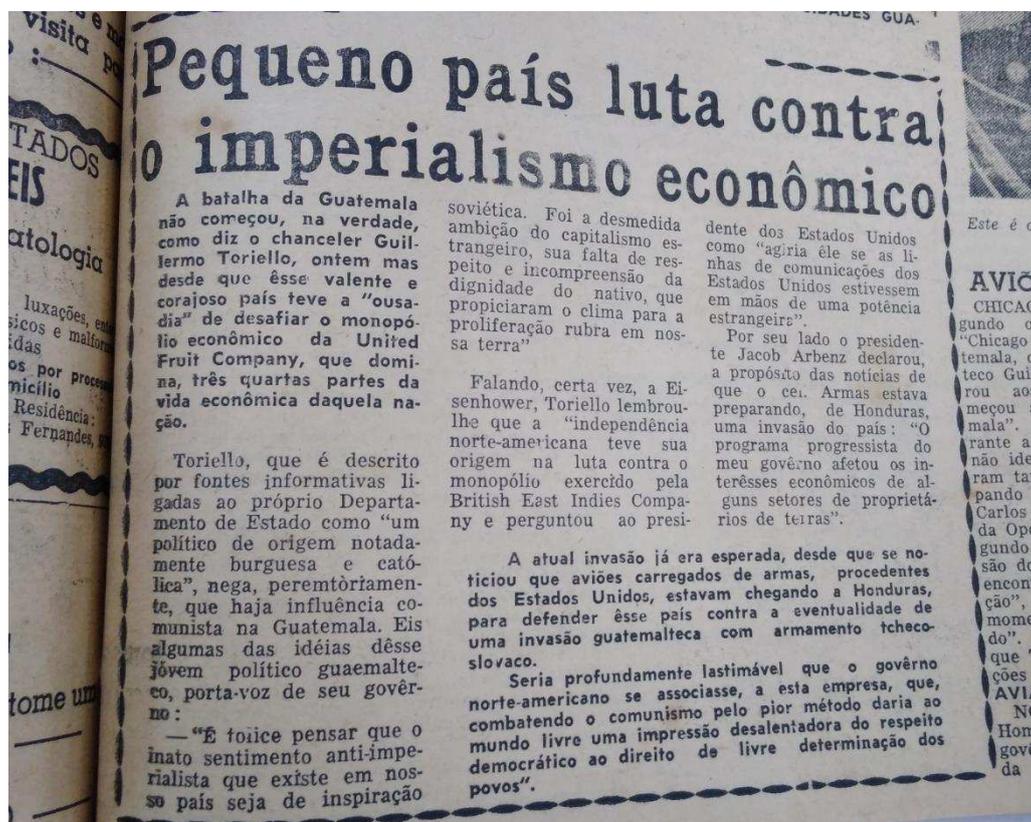
A justificativa para tal mobilização reside na acusação de uma suposta infiltração comunista no governo, desse modo foram utilizados diversos recursos como

a própria denúncia em fóruns internacionais (ONU e OEA) para retirá-lo do poder e instaurar o governo de uma junta militar. Outra questão que permitiu essa movimentação contra o governo eleito foi a Reforma agrária (1952) que comprometeu os interesses da United Fruit Company (UFCO).

No caso de Cuba, os EUA empenharam-se em realizar medidas como boicotes econômicos, desestabilização política, e sabotagens como uma forma de resposta ao processo revolucionário que se iniciou nesse país que tem em Fidel Castro e Ernesto Che Guevara seus principais representantes, a aliança do país caribenho com a URSS era um grande obstáculo e perigo a Washington frente a manter o continente americano livre do comunismo.

A primeira publicação que demonstra solidariedade aos acontecimentos na Guatemala tem por título “Pequeno país luta contra o imperialismo econômico”³⁹ e apresenta a situação que o país vivenciava, além de indicar que a luta do país não estava ligada ao comunismo:

Figura 6- Pequeno país luta contra o imperialismo



³⁹ Pequeno país luta contra o imperialismo econômico, **Jornal do Povo**, São Luís, 19 de junho de 1954, p.01.

Fonte: registro feito pela autora

Conforme o anunciado acima pela publicação, a responsabilidade pela luta do país contra o imperialismo estadunidense não está pautado em um alinhamento com os interesses soviéticos, mas sim a uma causa nacionalista, que buscava trazer ao país liberdade econômica e política. É sobre essa questão que o jornal apresenta sua linha editorial relacionada ao tema defendendo a autodeterminação dos povos e a soberania de cada país.

Neiva Moreira diretor – colaborador do matutino publicou o seguinte artigo de opinião intitulado “Guatemala prisioneira das bananas”, no qual realiza críticas aos ataques que o governo de Jacobo Arbenz recebia e desfigura qualquer associação da luta do país com o comunismo:

O MOVIMENTO de solidariedade com o povo da Guatemala cresce de dia para dia e se os invasores não encontrarem uma solução para as próximas horas correm o risco de se verem derrotados militarmente ou politicamente isolados.

As notícias de ontem revelam que aviões nacionais guatemaltecos bombardearam cidades de Honduras. O telegrama vem de Tegucigalpa, que é a capital dessa pequena ditadura mascarada de república e não dar detalhes, mas parece que se trata de cidades fronteiriças como aquelas da Mandchuria, que a aviação americana estava constantemente bombardeando por engano. Se for um ato aberto de hostilidade, então a ameaça de uma guerra geral no Caribe estará consideravelmente aumentada, sobretudo porque os ânimos naquela área são, sempre, mais exaltados do que em qualquer parte do mundo, exceto Trieste ou Cajari.

Já escrevi a alguns dias, um artigo em torno da situação da Guatemala e prevíamos os graves acontecimentos que ali se desenrolavam. Uma conspiração sistemática e continuada, que se agasalha sob a sombra protetora de ditadores como Trujillo ou Somoza, vinha se desenrolando contra o governo da Guatemala. Não se pode compreender que num pequeno país como Honduras e Nicarágua, milhares de homens armados, com canhões, metralhadoras e até uma frota aérea possam ser mobilizados sem a convivência e o conhecimento do seu governo. A invasão da Guatemala, dirigida por opositores políticos e militares do seu atual governo, e comandada por um coronel guatemalteco, Castillo Arma, só pode ser, assim, entendida, como financiada e apoiada pelos dois governos do Caribe.

Ora tanto Honduras como Nicarágua são ferozes ditaduras e sua intervenção numa agressão dessas retira a mesma o pretensível caráter libertador que se deseja imprimir a operação militar montada pelo Castillo Arma.

O fato mais grave que se enquista na base dessa invasão diz respeito à própria situação econômica na Guatemala, onde uma só companhia, La Fructera (United Fruits Company) controla três quartos do país, as

suas estradas, rádios, jornais, armazéns, portos, terras, meios de produção, convertendo um povo quase inteiro em mero tributário daquele poderoso consorcio de produção e industrialização de frutas.

A revolução popular que redundou na deposição de velhas ditaduras serviçais da companhia das bananeiras, levou ao poder o professor Juan Antonio Arevalo, que foi um dos mais importantes e ativos presidentes da República do nosso hemisfério. Espiritualmente ligado ao movimento que o Sr. Haya de La Torre fundou ou dirige, Arevalo foi um administrador pela paz e um democrata esclarecido. Pela primeira vez, naquelas turbulentas repúblicas centro americanas, um presidente da República era eleito em um pleito livre e correto e desempenhou até o fim do seu mandato. A eleição seguinte foi disputada e deu a vitória a Jacobo Arbenz, seu sucessor, e atual presidente, revelou a penetração popular do movimento revolucionário.

A campanha das frutas não ficou satisfeita. A nova lei agrária obrigou a vender as suas terras ou a cultivá-las, porque a companhia dispunha de enormes latifundiários improdutivos, que adquiria a preços baixos e os retinha como reservas, num país de pequeno território e que vive exclusivamente da produção agrícola. Desencadeou assim, a luta contra o governo e se prevaleceu da circunstância de haver comunista no país para querer identificar uma revolução nacionalista e democrática, com os objetivos imperialistas e antiamericanos do comunismo. Na verdade, o comunismo na Guatemala é uma força pequena e insignificante, que dispõe de quatro deputados num parlamento de cerca de cem e não tem penetração nas camadas populares do Brasil. Aproveita-se, é certo da pressão que se exerce sobre a revolução para lhe aparentar apoio e, sob esse pretexto americanos devem ter elementos hábeis para fixar bem os contornos da situação, e separar da revolução democrática, os intuitos de deturpação comunista. O que não podem e não devem é ser aquiescente com uma invasão desta, que é produto da campanha que se desenrolou sobre inspiração Fructera, contra o pequeno e valente país.

Neste momento, o exercito nacional guatemalteco está lutando bravamente para defender o seu regime e a consciência americana reage ante o cerco que se faz de um país que deseja livrar-se dos tentáculos de um monopólio, que pode se chamar de Companhia das Índias, United Frutes Company, ou Curzi, mas, que na verdade são produtos da mesma mentalidade de domínio econômico e exploração super-capitalista de povos débeis e economicamente desorganizados. Lastimaríamos muito se a diplomacia brasileira não estivesse a altura desses anseios continentais, inclusive lutando para evitar que o governo norte-americano desse o seu aval e o seu prestígio a uma aventura do mais desprezível tipo de imperialismo, igual ao que combate o mundo livre, na sua incessante batalha contra a opressão comunista (MOREIRA, Neiva. Guatemala, prisioneira das bananas. **Jornal do Povo**, São Luís, 24 de junho de 1954, p. 02.)

Conforme o colaborador, os países que compõem a Centro-América perpassavam de grande controle por parte dos EUA, com o início da reforma agrária desencadeada pelo projeto de governo de Jacobo Arbenz a Companhia de Frutas começou a mobilizar um golpe de estado com Castillo Arma. O periódico se empenhou

em denunciar esses acontecimentos no pequeno país, na medida em que acreditava que com o apoio da população e da diplomacia brasileira seria possível fornecer ajuda a essa luta.

Neiva Moreira que no período era deputado estadual realizou um discurso na Assembléia Legislativa⁴⁰, no qual pedia o apoio dos políticos para que o Ministro das Relações Exteriores realizasse uma mediação com a Guatemala com o intuito de resolver a sua situação e com isso se respeitasse a autodeterminação dos povos e a soberania de cada país, nesse discurso ele pede o apoio da sociedade maranhense para realizar um movimento no estado a favor dessa mediação.

Nessa mesma linha de defesa, o diário estabeleceu nos desdobramentos do processo revolucionário cubano, demonstrou apoio ao país e a posição do Brasil frente às investidas dos EUA para excluir o país da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A visita de Fidel Castro ao Brasil ⁴¹foi capa do Jornal do Povo e ganhou destaque na publicação. O jornal foi um entusiasta do encontro dando ênfase para a forma como o governo brasileiro estava empenhado em promover conforto e segurança ao líder revolucionário:

Figura 7 - Fidel Castro recebido com honras



⁴⁰ Esperança do povo maranhense numa mediação justa e honrosa do Brasil: 189-Guatemala, **Jornal do Povo**, São Luís, 26 de junho de 1954, p.08.

⁴¹ Fidel Castro recebido com honras oficiais no Brasil, **Jornal do Povo**, São Luís, 30 de abril de 1959, p.01 conclui na p.05/C

Fonte: registro feito pela autora

O jornal publicou episódios como quando o governo brasileiro foi solicitado para ser o mediador nas relações entre Cuba e Estados Unidos

BRASILIA – Segundo círculos diplomáticos, a mensagem do primeiro ministro Fidel Castro entregue ontem ao presidente Janio Quadros, pelo encarregado dos negócios de Cuba no Brasil, é um convite sobre a possibilidade de o Brasil ser o mediador na diminuição da tensão existente entre Estados Unidos e Cuba (Fidel quer mediação do Brasil: Cuba – EUA, **Jornal do Povo**, São Luís, 05 de julho de 1961, p.01).

O governo de Janio Quadros (1961), diante de Cuba se empenhou em diretrizes de não “intervenção, autodeterminação e cooperação para o desenvolvimento” (AVILA, 2023, p. 6). Apesar de, em boa parte de suas publicações o periódico demonstrar apoio a uma certa cordialidade entre os dois governos, na publicação “ Janio Quadros é a resposta capitalista a revolução popular de Fidel Castro” é possível observar a propagação de um discurso de ambiguidade entre as duas nações.

PARIS, 21, JP- Janio é uma personalidade fascinadora que acaba de penetrar no cenário político mundial como chefe do maior país da América Latina e sua vitória representa uma resposta do capitalismo modernos aos esquerdistas cubanos de Fidel publicados hoje nos jornais franceses em seus comentários sobre as eleições do Brasil. E acrescentaram os jornais: “ Contra Castros levanta – se agora Janio e o problema que se apresenta é saber se o presidente eleito pelo Brasil conseguira transformar o seu país num paraíso antes que o fidelismo tenha se propagado por todo continente. (Jânio Quadros é resposta capitalista a revolução popular de Fidel Castro: julgamento dos jornais parisienses – Jânio apontado como vedete ante – socialista, **Jornal do Povo**, São Luís, 22 de outubro de 1960, p.05).

O matutino ainda publicou sobre a renúncia de Janio Quadros ⁴² alegando que o imperialismo teria sido o principal responsável pela desistência do ex-presidente. No governo de João Goulart (1961-1964), a posição que o jornal apresenta em relação à questão cubana é similar a do governo passado, que alega que o Brasil é a favor a todo movimento de emancipação.

⁴² Fidel Castro: Imperialismo obrigou a Jânio Quadros a renunciar, **Jornal do Povo**, São Luís, 27 de agosto de 1961, p.01

HAVANA, 26 – “A atitude do Brasil sempre foi muito clara. Estamos contra qualquer ingerência que limite o direito de cada povo de decidir o seu destino. Nisto creio que não há dúvidas, Esta é a política que seguirá o governo brasileiro” – disse o presidente João Goulart em entrevista ao poeta cubano. Nicolas Guillen que está percorrendo o Brasil e publicada hoje no matutino “El Mundo”.

“Diga ao seu governo e ao seu povo que em nome do nosso povo e como presidente do Brasil envio – lhe minhas saudações de amizade – continuou o Sr. Goulart acrescentando que” a simpatia que a revolução cubana no povo do Brasil se deve a que todo movimento de emancipação tem assegurada essa simpatia” e que” o sentimento de repugnância popular contra toda intervenção de um país assuntos internos de outro aqui é muito forte”.

Referindo – se a política de seu país Sr. Goulart disse que a crise no Brasil produzida pela renúncia de Janio Quadros ainda não foi superada e que entrou em uma espécie de “ trégua política” assinalou que o Brasil precisa em “ primeiro lugar de uma reforma agrária seguida da adoção de medidas drásticas para impedir a evasão de lucros ao estrangeiro” pois afirmou que a “ fuga de divisas para o estrangeiro é impressionante e representa uma terrível sangria para a riqueza nacional”

O presidente do Brasil também se declarou partidário de celebração de um plebiscito nacional (Jango: Brasil não tolera qualquer intervenção em Cuba, **Jornal do Povo**, São Luís, 28 de outubro de 1961, p. 01 conclui na p.04).

Neiva Moreira promove na Câmara Federal um discurso em que defendeu pela Revolução Cubana, sua argumentação incluiu ainda uma reflexão sobre o domínio econômico estabelecido pelas empresas estrangeiras no Brasil.

O deputado Neiva Moreira pronunciou recentemente o seguinte discurso na Câmara Federal.

O Sr. Neiva Moreira – Ainda recentemente, vimos chegar no Brasil o irmão do presidente dos Estados Unidos Sr. Roberto Kennedy, que vinha de uma missão no Caribe. As indagações, os protestos, as reclamações por ele formuladas ao Sr. Presidente da República já eram, por natureza inadmissíveis por que revelaram intuito e propósito de permanente indébito intervenção da América do Norte nos assuntos brasileiro. Que desejava o Sr. Kennedy? Simplesmente que o nosso país fizesse uma revisão da sua política de autodeterminação que tem hoje o problema cubano como o mais crucial. Isso significava deixar os norte – americanos o garilismo norte – americano e não quero confundir o pentágono com o povo norte – americano de mão livres para poder destruir toda violência. A experiência política que ocorre em Cuba. Certa ou errada, aprovada ou não pelo povo brasileiro, o fato é que os cubanos tem o direito e a liberdade de escolher livremente os seus caminhos. Não desejamos, amanhã que nem os Estados Unidos, nem a União Soviética, ou qualquer outro povo possa vir ao nosso país impor as diretrizes de sua política e impedir que realize livremente sua ação diplomática ou sua diretiva econômica.

O Sr. Flores Soares – Nobre deputado, ouvi, com respeito Vossa Excelência me merece suas palavras de entusiasmo pelo regime cubano.

O Sr. Neiva Moreira - Vossa Excelência começou mais devia ter dito: entusiasmos pelos direitos do povo cubano a ter o regime que deseja.

O Sr. Flores Soares – Direi melhor que V. Exa. chama de experiência cubana. Mas vou formular – lhe uma pergunta. Não é exata que em Cuba se instalou poderosa maquina russa de destruição e se aboliu a liberdade? Se V. Exa. se bate, como nos, pela autodeterminação dos povos, como pode concordar e isso foi confessado pela Rússia e Cuba. Se estabelecesse la aquele perigoso foco?

Como pode concordar em que lá não exista o regime democrático que reclamamos e exigimos para nosso país e que temos o direito de defender e preservar a custa da nossa vida? Somos contra ditaduras, contra violências, estejam elas onde for. (Muito bem. Palmas)

O Sr. Neiva Moreira – O Deputado Flores Soares não sou um calouro no Parlamento V. Exa. deve ter um pouco de tolerância afim de podermos examinar o problema que suscitou. A autodeterminação que desejo para o povo cubano é inclusive para escolher seus aliados, Sou a favor da autodeterminação da Turquia que escolheu os Estados Unidos para seu aliado, apesar de ser a Rússia a sua vizinha. Há foguetes na Turquia, mas eu não tenho nada com isso por que o povo da Turquia resolveu soberanamente escolher os Estados Unidos como seu aliado. Alias, há também lá uma ditadura que mata muita gente como há também no Iraque igualmente aliado do mundo ocidental e que mata gente como se mata em Cuba. Não estou discutindo o problema do governo cubano, mas o problema da sua autodeterminação. Gostaria e gostarei de ver o seu entusiasmo quanto pelo fato do monopólio de leite do Brasil estar nas mãos das companhias estrangeiras, milhões de crianças morrem de fome, assassinadas, como declara V. Exa. que, em Cuba pessoas são mortas sem o julgamento contra o que reclama. No entanto V. Exa e os colegas que o apóiam acham isso inteiramente natural, desde que não a Fidel Castro quem mata, mas a Nestlé e outras companhias internacionais que estão tomando conta da indústria do leite no Brasil. É uma lastima verificivar que homens eminentes como o ilustre colega do Rio Grande do Sul ainda possuem a esta altura defender teses desta natureza. Quero dizer a Vossa Excelencia que não sou comunista. Se fosse, eu o diria nesta tribuna. Não sou homem para meia posição. Sou socialista. Quero a estatização geral da energia elétrica da energia atômica dos serviços públicos, quero que a empresa privada seja um agente do Estado e não que o Estado seja um instrumento da iniciativa privada. Não quero uma iniciativa privada que termine sempre na porta do Banco do Brasil, ou mais ainda na porta do Banco de Boston. Sou socialista não sou comunista. Posso dizer que Fidel Castro matou menos que o domínio imperialista em nosso país. Se pudesse ir comigo ao meu Estado, Maranhão, V. Exa. saberia o número de crianças que morrem porque não tem a proteção dos Poderes Públicos. (Imperialismo mata muito mais no Brasil que a revolução em Cuba, **Jornal do Povo**, São Luís, 05 de abril de 1963, p.04)

Conforme o discurso do deputado, podemos visualizar aspectos relevantes relacionados à posição que o periódico detinha sobre o processo revolucionário. É

defendido o direito de escolha sem interferências externas, ou seja, que cada povo pode se autodeterminar, além disso, foi estabelecido uma reflexão em relação a presença do capital estrangeiro deter a posse de recursos alimentícios que deveriam ser explorados e industrializados pela própria nação brasileira, e não estar nas mãos de empresas privadas e estrangeiras como cita o caso da empresa Nestlé.

Desse modo, Neiva Moreira assume uma posição na tribuna alegando a sua ideologia política como socialista, e afirma ser a favor de ações como: a estatização da energia atômica e do uso do capital privado a favor do estado, e não que esse seja subordinado a esse setor, pois acreditava que tal questão acentuava as desigualdades sociais.

Por fim, ressaltamos a matéria “Brasil contra Estados Unidos, nenhuma ação contra Cuba”⁴³ no qual enfatiza a posição do governo brasileiro frente à proposta dos estadunidenses em estabelecer uma ação ofensiva conjunta contra Cuba no continente americano, o delegado Ilmar Pena Marinho discorre que embora o país não concorde com os rumos que está se dando o governo cubano, não aprova a ideia de intromissão nos seus assuntos internos, conforme a leitura da notícia essa posição era mantida por outros países americanos como Chile, Venezuela e Bolívia.

.Em síntese, podemos observar que o periódico manteve uma posição semelhante frente aos dois países, eles foram defendidos em função de uma questão nacionalista, e não revolucionária. O diário se posicionou acentuando que ambos tinham o direito de escolher e se definir politicamente, dessa forma demonstrou solidariedade a ambos, no caso da Guatemala foi enfático ao ressaltar que o governo democrático de Jacobo Arbenz em nada era comunista, apenas estava sendo inclusivo e dando maior assistência ao povo que vivia subordinado ao domínio econômico conduzido pela Companhia de Frutas. No caso de Cuba, o periódico recebeu com entusiasmo o processo revolucionário, no sentido de defender que o país poderia escolher para si o seu próprio caminho, além do mais, noticiou com positividade a posição do Brasil ao negar as investidas dos EUA em isolar politicamente Cuba.

⁴³ Brasil contra EUA nenhuma ação contra Cuba, **Jornal do Povo**, São Luís, 20 de abril de 1963, p.01.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bom, conforme apresentamos anteriormente, o discurso anticomunista defendido pelo *Jornal do Povo* foi utilizado com base na política, inicialmente para defender a candidatura de Getúlio Vargas e posteriormente para acusar o seu principal rival Cristiano Machado. O uso do comunismo como forma de caracteriza negativamente um candidato de oposição também foi feito com a figura de Vitorino Freire que era a principal oposição política de Neiva Moreira.

O discurso anticomunista também se manifestou nas posições que o diário manteve frente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao líder Luís Carlos Prestes, no qual em tom alarmante e sensacionalista acusava-os de querer promover no Brasil uma revolução que levaria o país a crise. Durante os 14 anos de circulação enunciou com grande recorrência os temas como forma de defender sua linha editorial que era caracterizada pela adesão de projetos nacionalistas.

A atuação de Neiva Moreira no diário era bastante visível, ele se utilizou do jornalismo como forma de desenvolver os seus projetos políticos, como forma de compartilhar com os seus leitores suas lutas e posições políticas. O jornal como meio para o desenvolvimento político pode ser visualizado na publicação de discursos do deputado em defesa de temas como o a independência da Guatemala e o processo revolucionário cubano.

Em virtude de abrir espaço para o desenvolvimento de lutas como a defesa da autodeterminação dos povos, além de ser trincheira de oposição contra praticas como o mandonismo e clientelismo, o periódico se tornou um forte veiculo de informação no Maranhão e demonstrou que o estado não estava alheio aos principais debates que ocorriam em cenário nacional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira. O Partido Comunista Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas, p.(1-31), 2012. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20%20Primeira%20Rep%203%20BAblica.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20%20Primeira%20Rep%203%20BAblica.pdf) Acesso em 04/07/2023 às 10h.

ALMEIDA, Silvio Luis & CALDAS, Camilo. Revolução Russa, Estado e Direito: abertura para compreensão das formas sociais e das formações econômico-sociais. **Direito & Práxis** Vol. 08, N.3, p. (2377-2404), 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/download/30068/21401> Acesso em 04/07/2023 às 15h.

Aliança para o Progresso. **Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022 às 13:23.

A arena da palavra: parlamentarismo em debate na imprensa maranhense, 1961-1963. São Paulo; Anablume, 1998.

ALMADA, Jhonatan.2017- NEIVA MOREIRA: semeador das rebeldias/organizador: Jhonatan Almada; - São Luís, Ed. Engenho,2017.

ALVES, Alexandre Guilherme. Novas perspectivas para o ensino dos Estados Unidos e das Relações interamericanas. In: BUENO, André, ESTACHESKI, Dulceli, CREMA, Everton (orgs). **Por um outro amanhã: apontamentos sobre aprendizagem histórica**. Rio de Janeiro/ União de Vitória: Edição Ebook LAPHIS/ Sobre Ontens, 2016. Disponível em: www.revistasobreontens.blogspot.com.br

AVILA DOMINGUEZ, Carlos Federico. Jânio Quadros, a questão cubana e a Guerra Fria Latino-Americana, 1961 Testando os limites da Política Externa Independente. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 79, e23104, jan./abr. 2023 <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752023000100004> Acesso em 04/07/2023 as 10h

AZEVEDO, Cecília. Relações interamericanas no século XX: percursos e debates acadêmicos. In: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald. *História das Américas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 275-304

AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002. (cap 3 e 4)

BIAGI, Orivaldo. O imaginário da Guerra Fria. **Revista de História Regional** p.(62-111), Verão 2001.

BUZAR, Benedito (org). Neiva Moreira: o jornalista do povo. São Luís: LITHOGRAF, 1997.

BUZAR, Benedito. Setenta anos da greve de 51. **Blog do Buzar**, 2021. Disponível em: <https://www.blogsoestado.com/buzar/2021/03/22/setenta-anos-da-greve-de-51> Acesso em 31 de Agosto de 2022 as 17:22.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil, imprensa oficial e imprensa contestadora o jornal como documento, o papel do jornal na história**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs). História das Américas: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p.114-136.

Carta da OEA. **Departamento de assuntos jurídicos internacionais**. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/portuguese/a_organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_estados_a_meric.htm#:~:text=Os%20prop%C3%B3sitos%20essenciais%20da%20OEA,que%20suam%20entre%20seus%20membros%3B. Acesso em 28 de fevereiro de 2022 as 09:47.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA, Wagner Cabra. Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Vitorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. (253-270), dez, 2007.

DALIO, Danilo & MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a Conferência de Washington (1951). **História**, p. (57-78), 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000200004> _Acesso em 04/07/2023 as 19h.

FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz. Da guerra fria à nova ordem mundial. São Paulo, SP: Contexto, 2016. 96 p., il. color. , 21 cm. (Repensando a história). ISBN 9788572442527(broch).

FAGUNDES, Pedro. Anticomunismo, Guerra Fria e América Latina: O caso de Nicarágua. **Revista Contemporâneos**, n 6, p.(1-9), mai – out , 2010.

FARIA, R.; MOURA, M. **Da guerra fria a nova ordem mundial**. Editora Contexto, 2016.

FERREIRA, José & GOMES, Clarissa. Bandeira Tribuzi: um jornalista na luta pelas liberdades democráticas dentro da esfera de poder local. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 11, 2013, Brasília. **Anais**, Brasília, 2013 p. (1-11).

FERREIRA JUNIOR, José Ribamar. Jornal do Povo: extinto em função do golpe de estado de 1964 e reverenciado pela história da imprensa maranhense. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, 2014, Foz do Iguaçu. ANAIS INTERCOM XXXVII. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael. A construção do cavaleiro da esperança: Luiz Carlos Prestes e o aprendizado comunista no exílio latino-americano e soviético através de narrativas biográficas (1927- 1934). **Revista Antígona**, v 1, n 1 p.(4-39), 2022. Disponível

MAIA GUIMARÃES GESTEIRA, L. A. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Scientia Plena**, [S. l.], v. 10, n. 12, 2014. Disponível em: <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/2062>. Acesso em: 5 jul. 2023.

GUIMARÃES, Et al. Processo de produção jornalística: do nariz de cera ao lead nos jornais de São Luís. Intercom Júnior, 2014.

GONÇALVES, Pedro Henrique Baldini. Comunismo no Brasil: análise sociológica. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*. v 9, n 1, (p.269-278), 2020.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os princípios de uma oligarquia. São Luís: Edufma, 1996.

HOBBSAWM, Eric J., 1917- Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991 / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (178- 289).

João Alberto de Souza. **Portal de notícias**. Disponível em :www.senado.gov.br/noticias/Especiais/eleicoes2010/apuracao-eleicoes-2010/maranhao/joao-alberto-de-souza.aspx. Acesso em 27 de fevereiro de 2022 às 16:17

KAYSEL, André. Caminhos cruzados: Marxismo e nacionalismo no Brasil e no Peru. Lua Nova, São Paulo, n°106, p. (247-275), 2019.

LIMA, Maria Regina Soares. Relações interamericanas: A nova agenda sul-americana e o Brasil. São Paulo: Lua Nova, 2013 (p. 167-201). Disponível em : https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452013000300007, Acesso em 20 de outubro de 2021 as 15h.

LUCA, Tânia Regina de. História dos nós e por meios periódicos. In: PINKSY, Carla Bussanesi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA NETO, Euclides. Maria por Maria ou a Saga da Besta- Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura/ Euclides Moreira Neto. São Luís: Engenho, 2015.

MOREIRA, Neiva. Pilão da Madrugada: Neiva Moreia: Depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Terceiro mundo, 1989.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. Anticomunismo na política externa brasileira: passado e presente (1930-2020). *Hoplos*, v 6, n° 6/2020. p. (26-49), 2020.

MOTTA, Rodrigo de Sá Patto. O perigo é vermelho e vem de fora: O Brasil e a URSS. *Locus revista de história*. Juiz de Fora, v 13, n.2, p. (227-246), 2007

MOTTA, R.P.S. 2008. A "**indústria**" do anticomunismo. *Anos 90*. 9, 15 (nov. 2008), 71–91. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6613>.

MOTTA, Rodrigo Patto. 2000. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva.

NASCIMENTO, Leonardo. **A construção de um inimigo: O Brasil assombrado por comunistas**. 2022. Monografia – Curso de Licenciatura em História, 2022.

NOGUEIRA, Vitor Wolff. **Mídia como instrumento político: as imagens de Getúlio Vargas na manchete dos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* (1950-1955)**, Monografia (Departamento de História), Brasília, p. (1-26) Universidade de Brasília, 2018.

MUNHOZ, Sidney J. Guerra Fria: História e Historiografia/ Sidnei J. Munhoz – 1.ed. – Curitiba: Appris, 2020 (p.161-191).

Nascimento de Moraes. **Literafro**, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/339-nascimento-moraes>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022 as 14:30.

NOGUEIRA, Vitor Wolff. **Mídia como instrumento político: as imagens de Getúlio Vargas na manchete dos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* (1950-1955)**, Monografia (Departamento de História), Brasília, p. (1-26) Universidade de Brasília, 2018.

OLIVEIRA, Marylu Alves. Mas afinal, o que era mesmo o comunismo? a significação da palavra “comunismo” através dos textos anticomunistas que circularam no Piauí da década de 1960. *Revista de História e Estudos Culturais*, v 6, n° 1, p. (1-20), mar, 2019.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do velho ao novo: política e educação do Maranhão**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982,

RIBEIRO, E. C., Ribeiro, E. C., & Silva, J. J. B. (2018). MARIA ARAGÃO: mulher negra de lutas. *Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros*, 1(1). Recuperado <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/8626>

REICHEL, Heloisa. O “Perigo Vermelho na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1955)”. *Diálogos*, DH/UEM, v 8, n 1, (p.189-208), 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/download/38031/19782/>. Acesso em 15 de dezembro de 2021 às 20h.

RICUPERO, Rubens. “O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular”. In: GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Cultura Editores

Associados; NUPRI/USP, 1996. v 1: Crescimento, Modernização e Política Externa p.37-60.

SANTOS, Frederico. A construção histórico sociológica do discurso conservador e do discurso progressista: da Grécia antiga à restauração. **Humanidades e Inovação**, v.8, n.36, p.(388-397), março, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2627> Acesso em 15/06/2023 às 10h.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. “A América do Sul no discurso diplomático brasileiro”. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 48, n. 2, (p. 185-204), 2005.

SILVA, C. L. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. **Tempos Históricos** [S. l.], v. 2, n. 1, p. 195–228, 2012. DOI: 10.36449/rth.v2i1.6865. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/6865>. Acesso em: 4 jul. 2023.

SILVA, Daniel Neves. "Guerra da Coreia"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/guerra-coreia.htm>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022 as 13:15.

SIRINELI, Jean François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996 (p .231-271).

SODRÉ, Ronaldo Barros. Com as bandeiras na rua ninguém pode nos calar: Memórias do 15 de maio de 2019 na Ilha Rebelde do Maranhão. **Revista Nera**, v24, n 61, p.(210-218), 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/9102/6336/33451>. Acesso em 04/07/2023 as 15h.

TAVARES, Rodrigo. “Contra a propriedade pública, em defesa da privada” Ademar de Barros desenhado na imprensa comunista (1947- 1964). História Questões & Debates, Curitiba, n 61 (p. 251- 278), jul/dez, 2004. Disponível em: <https://revista.ufpr.br>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022 as 10h.

TORRES, Sonia. Estudos Americanos: Raízes Nacionais, Rumos Globais. In: TORRES, Sonia (org) **Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001.

TULCHIN, Joseph S. América Latina X Estados Unidos. 1 ed. São Paulo – Contexto, 2016.

WEINSTEIN, Barbara. Repensando a história das relações Estados Unidos- América Latina: de dominação política a circulação cultural? *Textura*, Canoas, n.8, p. 11-20, abr/out.2003.

WELFORT, Francisco. Jornais não são partidos? Lua Nova, 1984 (p.37-40) Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451984000200008>. Acesso em 24 de fevereiro de 2022 as 13:09.